

Operários portugueses na Revolução: a manifestação dos operários da Lisnave de 12 de Setembro de 1974*

Os meses de Junho, Julho e Agosto de 1974 correspondem, na Lisnave, a uma fase de relativa estabilidade, em que não se regista nenhuma acção conflitual de envergadura. Mas é igualmente fase de desenvolvimento e de acumulação de antigas e novas oposições. O contencioso sobre o saneamento mantém-se em aberto e depara-se-lhe uma natural intransigência por parte da administração e uma não menor resistência e indefinição por parte do poder político. Na Margueira generaliza-se a contestação operária das concepções de autoridade e do modo como esta tem sido exercida nos estaleiros, atingindo os primeiros escalões da hierarquia. A propósito de um acidente que vitima um operário, voltam a estar na ordem do dia questões como a da segurança e condições de trabalho ou a da composição do conselho de disciplina, dando azo à primeira fractura importante entre delegados e direcção da Lisnave¹.

Está em gestação uma nova ruptura nas relações sociais da empresa. O conflito, que havia permanecido em estado latente, vai agora organizar-se: definem-se objectivos reivindicativos precisos; definem-se responsabilidades; nomeiam-se os adversários.

Entre as várias questões que opõem trabalhadores e administração, o saneamento dos considerados responsáveis por ligações com o anterior regime e pela repressão da greve de 1969 vai constituir-se em objectivo central da acção operária. Mas, em fins de Agosto, a este objectivo inicial veio juntar-se um outro, de ordem mais geral, que opõe agora directamente

* Este artigo é parte de um estudo sobre a acção operária na Lisnave e que virá a sair em livro sob o título *Operários Portugueses na Revolução: Reivindicações e Formas de Luta dos Operários da Lisnave*. Duas partes do referido estudo foram já publicadas em *Análise Social*, n.ºs 51 e 52.

¹ Ver nota 172 do artigo «Acção operária e formas organizativas na Lisnave», in *Análise Social*, n.º 51, p. 676. A recusa em dialogar com o conselho de disciplina levará a direcção da Lisnave a declarar ilegal a comissão de delegados que havia iniciado o inquérito às causas do acidente de trabalho. Note-se que entre os elementos que compõem o referido conselho se encontra o subdirector do serviço de pessoal, na qualidade de responsável pela segurança e cujo saneamento era então exigido pelos trabalhadores.

a classe operária ao poder constituído — contestação das medidas legislativas sobre a greve e *lock-out* ².

A acção operária então desencadeada assume formas de carácter mais limitado e pontual se comparadas com as que se verificam em Maio. Não deixa, porém, de ser pertinente repor algumas das perguntas que fizemos quando do estudo da greve de Maio.

1. AS RELAÇÕES DENTRO DO COLECTIVO DE TRABALHADORES NO DESENCADear DA MANIFESTAÇÃO

1.1 QUEM TOMA A INICIATIVA? QUEM DECIDE?

O desencadear da acção tendo como objectivo o saneamento vai partir exclusivamente dos delegados, não se verificando qualquer iniciativa espontânea da base, fora ou paralela à da estrutura dos representantes eleitos.

É verdade que, nalguns sectores do estaleiro da Margueira, o afastamento de alguns chefes e a natureza da chefia constituem dois dos principais temas de discussão. Mas é a assembleia de delegados que, por pressão da comissão de saneamento, de hegemonia m.-l., toma a iniciativa de convocar os primeiros plenários de trabalhadores com vista a que neles se proceda à discussão e decisão do tipo de acções a desenvolver.

Não há, no entanto, qualquer concertação prévia no interior da assembleia de delegados no sentido de definir, *a priori*, formas e processos concretos de luta, que aos trabalhadores caberia tão-só ratificar.

A assembleia de trabalhadores é colocada perante várias propostas alternativas, que englobam aspectos que vão desde as formas concretas de luta (manifestação de rua; abaixo-assinado; piquetes que impeçam a entrada nos estaleiros dos elementos a sanear; contactos com a administração e com vários órgãos do poder) até ao modo de escrutínio (voto secreto; voto de braço no ar em assembleia geral, antecedida de discussão nos locais de trabalho), passando pelo órgão de coordenação a criar (grupo eleito pela assembleia de delegados; delegação na comissão de saneamento já existente).

Estas propostas dimanam, na sua maioria, de grupos de delegados e correspondem, de algum modo, às diferentes orientações ideológicas e políticas que atravessam a estrutura dos representantes eleitos ³.

A mobilização faz-se fora do tempo de trabalho (os plenários são convocados para os sábados) e a participação dos trabalhadores é francamente reduzida: o primeiro plenário não ultrapassa os 200 trabalhadores e será

² Promulgadas a 27 de Agosto de 1974.

³ Referindo-nos apenas às formas de luta: se a proposta de criação de piquetes nos estaleiros é dada como tendo partido de elementos não identificáveis na altura a nenhuma corrente política particular (fala-se tanto de elementos próximos do PCP como de elementos da extrema esquerda), a proposta da manifestação de rua é já referida aos delegados da corrente m.-l., enquanto o abaixo-assinado é referido a delegados da corrente PCP. Por sua vez, os delegados da corrente PRP, então centrados na questão organizativa, não formulam qualquer proposta concreta. Ainda que favoráveis ao saneamento, estes delegados colocavam o acento tónico na necessidade de solidificar a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho e de realizar um longo trabalho de reflexão; e, embora tenham vindo a participar de forma activa na preparação e organização da manifestação, não deixaram de inicialmente lhe pôr algumas reservas. (Informações recolhidas ao longo das entrevistas com elementos da Margueira: montador-soldador, montador e encarregado-geral.)

considerado não representativo; o segundo, funcionando embora com poderes deliberativos, volta a ter uma participação pouco significativa (500 trabalhadores)⁴; em ambos, a presença de operários da Rocha é praticamente nula. Nestes plenários, a palavra tende a ser monopolizada pelos delegados, intervindo a base essencialmente através da votação das propostas⁵.

A inexistência de concertação prévia entre delegados, o âmbito das questões colocadas à consideração dos trabalhadores, o facto de cada uma delas englobar várias escolhas possíveis e ainda a circunstância de o debate entre as diversas correntes se processar em reuniões gerais, e não à porta fechada (mesmo se nelas a palavra tende a ser apropriada pelos delegados), são factores que tendem a deixar à assembleia geral uma certa margem de controlo sobre as decisões que ela será chamada a tomar através do voto. No entanto, esta margem de controlo aparece diminuída pelo facto de os trabalhadores não terem tido prévio conhecimento das propostas e não as terem discutido em reuniões mais restritas, de modo a terem o tempo e os meios de formular pontos de vista próprios e de, eventualmente, introduzirem alterações nas diversas propostas dos delegados. Apesar de tudo, essa margem é claramente maior do que se a assembleia geral fosse apenas convidada a ratificar uma escolha anteriormente acordada entre os delegados.

Apesar dos limites apontados e da sua fraca representatividade, é a assembleia geral de trabalhadores de 15 de Agosto que aprova, através do voto de braço no ar, a manifestação de rua, antecedida de contactos com a administração e o Governo. Delegando nos órgãos de coordenação já existentes — comissão de saneamento e assembleia de delegados —, o mesmo plenário aponta para a necessidade de estruturar a assembleia de trabalhadores em comissões por locais de trabalho, em torno dos representantes já eleitos de cada sector, aos quais competiria promover reuniões que permitissem uma maior circulação da informação e uma participação activa dos trabalhadores na discussão do caderno de acusações⁶ e das formas de luta em princípio aprovadas, as quais deveriam ser submetidas a nova ratificação em plenário.

Mas tal exigência vai encontrar-se limitada pelo facto de o caderno e sobretudo a proposta da manifestação terem sido entregues à administração da Lisnave e ao Ministério do Trabalho logo a seguir ao plenário, antes portanto de delegados e trabalhadores terem procedido à referida discussão alargada. Isto é, as decisões tomadas no plenário de 15, apesar da sua fraca representatividade, surgem, por assim dizer, como um dado praticamente adquirido. A estruturação da assembleia geral de trabalhadores com base nos locais de trabalho aparece mais como um meio de organizar um movimento de massa, de fazer aderir os trabalhadores a uma decisão já tomada, do que propriamente como um instrumento de participação efectiva na discussão ou como instâncias intermédias e preparatórias da tomada de decisões.

⁴ Estes plenários realizam-se respectivamente a 2 e a 15 Agosto de 1974.

⁵ Nas entrevistas são sobretudo referidas intervenções de delegados m.-l., PRP, PS e PC, embora em relação a estes últimos se afirme que na altura «falavam pouco». E um dos operários entrevistados (montador-soldador) concretiza: «Trabalhadores não, são muito poucos os que participam nos debates. É mais ao nível de militantes e de militantes da ala radical. Nesta altura são mais os gajos m.-l.»

⁶ Elaborado centralmente pela comissão de saneamento, o caderno não tinha ainda sido objecto de grande difusão e de discussão pela base.

Na prática, as reuniões por locais de trabalho vão ser relativamente pouco numerosas.

Se num ou noutro sector chegam a realizar-se tanto reuniões de trabalhadores como consultas à base, inclusive por voto secreto ⁷, os delegados, na sua maioria, vão limitar-se a uma actividade de tipo informativo e de agitação, que se concretiza nomeadamente na distribuição de comunicados, na feitura de cartazes e de jornais de parede e na utilização das instalações sonoras do refeitório. Se, nos sectores em que a autoridade dos chefes está, de algum modo, a ser posta em causa, a simples afixação de um cartaz ou a distribuição de um comunicado têm como efeito o relançar do debate ⁸, este manter-se-á num plano informal e não dará origem à formulação de qualquer crítica, de propostas de alteração ou mesmo de moções de apoio. Na Rocha, onde o problema do saneamento parece ser menos sentido pelos trabalhadores e onde a actividade dos delegados terá sido menor, mesmo no estrito campo informativo, o debate será praticamente inexistente.

Este tipo de intervenção não deixa, porém, de produzir os seus efeitos, nomeadamente no estaleiro da Margueira, onde os trabalhadores passam a afluir aos plenários em número mais significativo.

A participação da base vai assim limitar-se, em grande medida, a ratificar a proposta da manifestação em dois novos plenários: um, realizado na Margueira, a 7 de Setembro, com uma presença calculada em cerca de 2000 trabalhadores, mantendo-se contudo a representação da Rocha fraca; outro, realizado a 12 (dia da manifestação), separadamente na Margueira

⁷ Não foi possível determinar com rigor a extensão destas reuniões sectoriais de trabalhadores. As referências encontradas em documentos escritos e obtidos através de entrevistas são vagas ou parcelares. Tudo indica, no entanto, não terem sido muito numerosas. A acta da assembleia de delegados de 6 de Setembro refere laconicamente o facto de «alguns delegados» terem dado informações «sobre aquilo que os seus representados pensam acerca do saneamento». De qualquer forma, trata-se apenas de alguns. O jornal m.-l. *A Causa Operária*, n.º 1, de Setembro de 1974, aponta, por exemplo, a realização de reuniões de trabalhadores em «várias secções» como uma razão, entre outras, do sucesso da manifestação. Mas tais reuniões não só vêm apontadas em último lugar (em primeiro vêm as assembleias gerais), como ainda são referidas para um período de tempo muito lato — «desde a greve» —, e não concretamente para o momento em causa (o que já acontece com as assembleias gerais). Por sua vez, os operários entrevistados afirmam terem-se realizado reuniões apenas num ou noutro sector e dão como único exemplo o caso das ferramentarias-instalações volantes. Há referências ainda à convocação de uma reunião de trabalhadores da subdirectão do serviço de pessoal, que não chega, no entanto, a realizar-se, dado o número restrito de trabalhadores presentes (17), acabando os delegados por decidir recorrer a uma consulta por voto secreto (cfr. acta da reunião do departamento de pessoal de 5 de Setembro de 1974).

⁸ «[...] Eu recordo-me lá na minha secção. A malta tinha aversão a um chefe, porque era ditatorial para a malta. Era um gajo opressor que não accitava falar com ninguém. E havia malta, moços mesmo muito pacatos, que me vieram dizer muita vez: 'A gente devia sanear aquele gajo.' [...] A malta falava disso [caderno de acusações], falava da situação que lá existia. Havia uma certa agitação. Os delegados punham de vez em quando alguns comunicados, davam informações sobre o andamento das coisas e a malta ia falando. Mas não houve propriamente reuniões ao nível de sector. Havia sim duas ou três assembleias gerais de trabalhadores. [...] Lá na minha secção discutia-se muito mais quando eram lá colocados os comunicados do que se discutia [nas reuniões] e no caso concreto do saneamento nunca lá vi ir ninguém especialmente [...] Discutia-se muito mais quando lá era colocado um comunicado que provocava muito mais agitação — a malta conversava, não tinha vergonha, discutia ali uns com os outros [...] Quando lá ia alguém, estava muito mais calada.» (Entrevista colectiva; fala um operário soldador-montador.)

e na Rocha — o primeiro com uma presença maciça e o segundo, embora ainda não maioritário, marcando a primeira participação importante de operários deste estaleiro. Mas nem um nem outro vão poder preencher o vazio criado pela debilidade do debate ao nível dos locais de trabalho. Numa empresa com a dimensão da Lisnave, o plenário é uma estrutura demasiado pesada que tende inevitavelmente a acentuar a monopolização da palavra pelos delegados e militantes, tornando-se praticamente impossível uma participação interveniente da base. O clima e as condições em que o último plenário decorre — o Governo acabava de declarar a manifestação ilegal e as instalações da Margueira encontravam-se já cercadas por forças militares — tendem aliás a reforçar o seu carácter centralizado e no debate apenas intervêm militantes, defensores e opositores da manifestação⁹, bem como elementos exteriores ao grupo operário¹⁰.

A discussão, que inicialmente se centrara nas razões do saneamento e nas formas de luta a adoptar, polariza-se, a partir da primeira semana de Setembro, nas questões organizativas da manifestação e nos objectivos mais gerais que alguns delegados tomam a iniciativa de lhe apontar, concretamente a contestação da lei da greve. Mas tanto os aspectos organizativos como o debate em torno dos novos objectivos e das suas implicações vão ser assumidos quase exclusivamente pelos delegados e pelos militantes organizados politicamente.

Se o percurso e as palavras de ordem são votados em assembleia geral de trabalhadores (7 de Setembro), todos os aspectos referentes à organização e condução da manifestação vão ser discutidos e decididos estritamente ao nível da assembleia de delegados. Ao contrário da greve de Maio, a manifestação é agora objecto de uma programação rigorosa por parte dos delegados, que elaboram um plano minucioso para a sua organização e condução. Nele tudo é previsto e definido¹¹ e o trabalho preparatório assenta fundamentalmente no elemento delegado¹². De um modo geral, os vários grupos e piquetes que se constituem, quer no sentido de organizar materialmente a

⁹ «[...] Na Margueira houve vários delegados que falaram: um m.-l., um PS e um PRP, tomando os dois primeiros a posição mais acesa em defesa da manifestação.» (Entrevista com um operário da Margueira, montador-soldador.) Daqueles, o primeiro é engenheiro e os dois últimos operários.

Na Rocha intervêm delegados defensores da manifestação e militantes da corrente PCP que se opõem. (Entrevista com delegados operários da Rocha.)

¹⁰ Na Margueira intervêm um representante dos militares que na manhã de 12 haviam iniciado negociações com os delegados; na Rocha, o director deste estaleiro. Ambos apelam à não efectivação da manifestação.

¹¹ Funções e composição dos vários grupos de trabalho e de piquetes; escalonamento, quase hora a hora, das tarefas a realizar antes e no arranque da manifestação; normas a seguir quanto ao traje, às palavras de ordem, à formatura; percurso, paragens, silêncios; lugares que os trabalhadores, respectivamente da Margueira, da Rocha e de outras empresas, devem ocupar no corpo do desfile. (Cfr. Plano de Organização e Condução da Manifestação, divulgado pela comissão de delegados a 10 de Setembro.)

¹² Praticamente todas as tarefas previstas no plano são da competência dos delegados, os quais podem ou não agregar a si outros trabalhadores. Por exemplo, os piquetes, a criar por local de trabalho, com a função, entre outras, de organizar e enquadrar os trabalhadores no momento do arranque da manifestação, devem ser formados pelos delegados de secção e por «trabalhadores previamente designados» por aqueles delegados. O mesmo acontece com a condução da manifestação, que «fica a cargo dos delegados e seus piquetes», elegendo aqueles um grupo «para superintender a manifestação». (Cfr. Plano...)

manifestação (transportes, feitura de dísticos, vigilância), quer no de garantir a mobilização e enquadramento dos trabalhadores, ou ainda no de garantir as ligações com o exterior (contactos com comissões de trabalhadores de outras empresas, contactos com a imprensa, elaboração do comunicado a distribuir à população)¹³, vão ser, de facto, quase exclusivamente constituídos por delegados e por militantes políticos¹⁴.

O reequacionamento dos objectivos da manifestação, que se verifica a partir da primeira semana de Setembro e que se traduz pela introdução de temas mais gerais, como a lei da greve e a política de despedimentos, segue um esquema semelhante: iniciativa dos delegados, fraca discussão na base¹⁵, aprovação em assembleia geral de trabalhadores¹⁶.

O desencadear da acção segue assim um modelo diferente do que anteriormente havíamos detectado. Enquanto, em Maio, a assembleia geral de trabalhadores se constitui, por assim dizer, de forma autónoma — a base toma iniciativas próprias para lá das dos militantes, acelerando e antecipando quer a entrada em greve quer a ocupação —, em Setembro, a iniciativa vai caber estritamente aos militantes, manifestando a base, à partida, um grau de implicação e de mobilização sensivelmente menor.

¹³ O comunicado é redigido por um pequeno grupo de delegados segundo tópicos anteriormente discutidos e aprovados na assembleia de delegados.

¹⁴ «[...] Havia um grupo que funcionava permanentemente que eram os delegados, que estavam a funcionar em grupos de trabalho — comunicado, impressão, transportes [...] Lembro-me de que um grupo de delegados ficou encarregado de contactar com as companhias dos barcos [...] Estes grupos eram só constituídos por delegados, não tendo agregado a si outros trabalhadores. Só se o grupo do saneamento tinha mais alguém, mas penso que não. De um modo geral, eram delegados.» (Entrevista colectiva. Fala um operário montador, na altura delegado.)

«[...] Na generalidade eram activistas [...] Não vejo lá ninguém que não seja da UDP ou gajos muito mexidos. Não vejo lá ninguém que diga: 'Olha, este é um gajo que antes não se mexia.' Gajos que tivessem assim despertado [...] não estou a ver.» (Entrevista colectiva. Fala um operário soldador-montador.)

¹⁵ Tendo sido promulgada a 27 de Agosto, só na primeira semana de Setembro a lei da greve passa a fazer parte do conjunto dos temas tratados pelos delegados. Sobre o nível de análise e de discussão desta lei verificadas entre os trabalhadores da Margueira, um operário (montador) deste estaleiro, então delegado, afirmava: «Quando os delegados falavam aos camaradas, chamavam a atenção para o facto de este Governo fazer leis para servir a burguesia e portanto antioperárias. *Uma discussão a fundo nunca houve* [sublinhado meu]. No entanto, dizia-se que a lei era contra a greve e que, por outro lado, o Governo tinha feito uma lei que permitia aos patrões fechar as fábricas e, portanto, tirar o pão a quem trabalha e lançar na miséria os trabalhadores, como de facto está a acontecer.» (Cfr. «Lisnave, entrevista com um operário», in jornal *Revolução*, órgão do PRP, de 21 de Setembro de 1974.)

¹⁶ A célula do PCP da Lisnave dá a entender, no seu comunicado de 11 de Setembro, que a introdução destes temas se fez sem conhecimento dos trabalhadores e sem que tenha sido aprovada por estes em assembleia geral. Pode ler-se no referido comunicado: «[...] a célula do PCP da Lisnave considera que se deve apoiar o saneamento que se pretende, mas alerta todos os trabalhadores para o que está por detrás da manifestação que alguns querem fazer. Já depois da assembleia do passado sábado [assembleia de 7, em que a manifestação é de novo aprovada] se vem espalhando na empresa que a manifestação deve ser aproveitada para protestar contra a lei da greve, contra o aumento de preços, etc. [...]» Se não houve um «discussão a fundo» da lei pelos trabalhadores, ela foi objecto de discussão entre os delegados — por exemplo, o «plano» divulgado a 10 e que define os tópicos a que deve obedecer o comunicado refere, entre outros, «a lei antigreve» —, como o foi de intervenções em assembleias gerais, nomeadamente na de 7 de Setembro, em que são discutidas e aprovadas as palavras de ordem, das quais então constava «direito à greve, sim, lock-out, não.»

A passividade da base e a tendência para descansar nos representantes eleitos são um facto. Mas as possibilidades materiais de o conjunto dos operários participar de forma mais directa nas decisões são igualmente reduzidas. O desencadeamento e a preparação da acção numa situação normal de trabalho permitem que os operários, porque reunidos quotidianamente num mesmo local, discutam entre si e tenham mais facilmente acesso às informações. Mas esta simultaneidade vem igualmente dificultar uma intervenção activa da generalidade dos operários, sobretudo quando não está em causa perturbar, de imediato, o ritmo normal de trabalho. A disponibilidade dos operários para participar em reuniões sectoriais ou gerais (ou mesmo em comissões) que se realizam (e funcionam) após as suas horas diárias e semanais de trabalho ou ainda, como no caso dos operários da Rocha, fora do seu local de trabalho e obrigando a grandes deslocações, tende a ser necessariamente mais reduzida. A base tenderá a delegar nos representantes eleitos¹⁷ e a limitar-se a dar ou não o seu acordo às propostas e decisões por estes tomadas. O facto de os delegados acentuarem mais o trabalho de agitação do que o de reflexão e debate e de privilegiarem o funcionamento em plenários sem que, paralelamente a estes, e com importância idêntica, sejam postas a funcionar estruturas intermédias virá manter, se não mesmo reforçar, aquela tendência.

Mantendo-se embora o princípio de decisão pela assembleia geral de trabalhadores, a iniciativa e o poder real de decisão vão estar em grande medida concentrados nas mãos dos representantes eleitos, nomeadamente nas mãos da comissão de saneamento.

1.2 CONFLITO NO INTERIOR DO GRUPO MILITANTE. O APARECIMENTO DAS CÉLULAS PARTIDÁRIAS

Em Setembro, a par da estrutura de delegados vemos surgir um outro tipo de órgãos — as células partidárias de empresa —, cuja intervenção oscila entre tomar a direcção do movimento e pressionar ou inflectir as decisões do colectivo de trabalhadores.

Vimos em artigo anterior que a assembleia de delegados integra desde o início elementos de várias correntes ideológicas e políticas, que tendem naturalmente, a fazer prevalecer nela os seus pontos de vista. As divergências, quando aparecem, vão sendo tratadas e resolvidas no interior das próprias estruturas de base operárias, por consenso ou recorrendo à votação, situação que se mantém, por assim dizer, até vésperas da acção em torno do saneamento. Se correntes existem desde Maio, só a partir de meados de Agosto elas passam a ter uma expressão organizada e a desenvolver uma actividade paralela ou sobreposta à dos representantes eleitos. Mas será exactamente um dia antes da manifestação que se rompe a coexistência mais ou menos pacífica destes dois tipos de estrutura¹⁸. O facto polarizador será

¹⁷ Uma parte dos quais se encontram praticamente afastados, por período limitado, dos seus postos de trabalho, dadas as suas funções de delegados.

¹⁸ Um primeiro conflito havia já surgido entre a estrutura de delegados e o grupo de militantes m.-l., a propósito de críticas que este grupo formulara à assembleia de delegados no suplemento do seu jornal *Voz do Estaleiro*. Alguns delegados eram aí qualificados de «canalhas servidores dos patrões» e a comissão de trabalhadores, definida como uma «comissão da empresa», era tida como não defendendo os interesses exclusivos dos trabalhadores... Estas críticas viriam a ser

a tomada de posição da célula do PCP da Lisnave contra a manifestação. Partindo de que a manifestação exprime um «desrespeito pela ordem democrática» e uma «hostilidade ao Governo» num momento em que «mais do que nunca se impõe a união dos trabalhadores entre si e com o MFA e Governo Provisório», a célula do PCP condena-a publicamente e apela, em seu lugar, para que os trabalhadores realizem uma concentração junto da administração, considerada como o verdadeiro responsável pelo entrave do saneamento¹⁹. Definindo a iniciativa da manifestação como uma posição irreflectida e minoritária, ela chamará «aventureiros» aos seus promotores e qualificará os seus processos de «antidemocráticos» e «intimidatórios»²⁰. O comunicado, que constitui uma surpresa, desencadeará fortes discussões ao nível da base²¹ e, sobretudo, na assembleia de delegados²², levando outros grupos políticos a tomar igualmente posição pública. Caso da secção do PS da Lisnave. Qualificando de «manobra reaccionária» a tentativa de divisão dos trabalhadores por parte de um sector que se opõe à manifestação «quando esta havia sido aprovada pela classe trabalhadora em plenário», a secção do PS considera o saneamento um «acto político» e «um objectivo [que] tarda alcançar», afirmando que respeita a decisão tomada em assembleia geral de trabalhadores e que adere à manifestação, caso esta venha a ser de novo ratificada em plenário²³. Mas o comunicado do PCP e o que ele encerra estão longe de ter sido ponto pacífico entre os seus próprios militantes e entre sectores de trabalhadores cujas posições lhe eram próximas²⁴.

objecto de discussão em assembleia de delegados e, mais tarde, em assembleia geral de trabalhadores, que concluirá ser a «ideia correcta em relação a alguns delegados, embora os termos do artigo fossem provocatórios». (Cfr. acta da assembleia de trabalhadores de 15 de Agosto de 1974.)

¹⁹ Cfr. «Aos trabalhadores da Lisnave», comunicado de 11 de Setembro de 1974 da célula do PCP da Lisnave/Margueira.

O momento é aliás definido como «de grave crise económica, em que os reaccionários moçambicanos se revoltam, em que a reacção em Portugal se organiza, tentando provocar o caos e a anarquia».

²⁰ O comunicado qualifica de «processos intimidatórios» a criação de piquetes por locais de trabalho e de antidemocrático o facto de, nas assembleias gerais e nas reuniões de delegados, os referidos «elementos aventureiros» não permitirem que «todos expressem livremente a sua opinião». Mas o que ressalta das entrevistas por nós realizadas é o facto de os delegados, militantes do PCP ou sob a sua influência, não terem, na altura, grande iniciativa; se alguns não foram grandes entusiastas da manifestação, também não tomaram posições contra, ao longo da fase preparatória, o que os próprios virão a reconhecer mais tarde (ver nota 25).

²¹ Na Margueira, pode-se dizer que o comunicado é, no geral, mal recebido. Se alguns trabalhadores ficam oscilantes e tomam uma posição do tipo «só alinhio se a maioria votar a favor», outros reagem violentamente, «havendo mesmo quem recebesse o comunicado e o rasgasse imediatamente na presença das pessoas que o distribuía» (cfr. entrevistas e artigo citado no jornal *Revolução* de 21 de Setembro).

²² Mais do que o conteúdo da proposta expressa no comunicado, alguns delegados vão criticar o comportamento da célula, que qualificam de «notável irresponsabilidade política, uma vez que o PC tem militantes dentro da Lisnave que são delegados dos trabalhadores, que tiveram sempre a oportunidade de defender as posições ali expressas e que nunca o fizeram diante de todos os trabalhadores» (cfr. artigo citado no jornal *Revolução* de 21 de Setembro de 1974).

²³ Cfr. comunicado da secção do PS da Lisnave de 11 de Setembro de 1974. Nele se alertam ainda os trabalhadores para outras situações «altamente prejudiciais aos [seus] interesses»: lei da greve e do *lock-out* e os condicionamentos impostos aos direitos de reunião e manifestação.

²⁴ «[...] a manifestação teve um consenso generalizado que recuperou e galvanizou as bases do PC contra a sua direcção. [...] Eu lembro-me de tipos, que eram

Pela primeira vez, na Lisnave, uma célula partidária passa por cima dum decisão da assembleia de delegados e de trabalhadores: não por criticar uma decisão sua (o que era prática corrente), mas por dar directivas outras que se lhe opõem.

A iniciativa desta tomada de posição parece ser exterior, em parte, aos próprios militantes do PCP na Lisnave, que, durante a fase preparatória deste processo, não expressaram uma atitude clara de oposição²⁵. O seu aparecimento tardio e o seu mau acolhimento junto de alguns dos próprios militantes do PC (uma parte dos quais aderem à manifestação) reforçam a convicção de que se trata de uma «directiva de cima», isto é, de órgãos superiores daquele Partido. O relevante não é, porém, este aspecto, mas sim o facto de uma célula partidária não respeitar a decisão tomada pelos órgãos de base operários, pondo assim implicitamente em causa a sua legitimidade e representatividade. A célula do PC da Lisnave antecipa, de algum modo, o que virá a ser um dos traços característicos do comportamento futuro de algumas células partidárias — o de reivindicar para si uma legitimidade e uma representatividade superiores, assentes ambas no princípio de vanguarda. Isto é, em situação de conflito grave de orientação, a instância partidária prevalece sobre as estruturas de decisão dos trabalhadores na empresa (seja a dos representantes eleitos, seja a assembleia geral). Como veremos na parte dedicada aos primeiros meses de 1975, encontra-se já aqui desenhado um novo modelo de relações e conflitos no interior do colectivo operário e em que um dos aspectos preponderantes será a luta entre os diferentes grupos partidários pela hegemonia das comissões de trabalhadores.

Mas nem a oposição do PCP, nem a proibição do Governo, nem ainda a presença das forças do COPCON nos estaleiros de Almada impedem que a assembleia geral de trabalhadores vote a efectivação da manifestação. Decidida no plenário de 15 de Agosto, aprovada por maioria no plenário de 7 de Setembro²⁶, ela é de novo ratificada pela assembleia de trabalhadores no plenário de 12. Os resultados serão, no entanto, diferentes nos dois estaleiros — enquanto na Rocha a maioria vota contra e apenas um escasso número de operários participa na manifestação, na Margueira, apesar de um número significativo de abstenções, a maioria vota a favor e a adesão vai ser em massa²⁷.

ferreiros de antes do 25 de Abril e hoje são seus quadros, que foram ali a comandar a manifestação.»

«[...] Há um pequeno número que reage mal. Outro não reage mal nem bem. Ficam oscilantes perante a situação. A situação despoleta e eles vão na enxurrada. [...] Mas o que me fez sempre uma certa confusão foi o facto de ter aderido muita gente entre os gajos do casco-bordo, onde o PC tinha uma certa influência, tinha vários elementos com muito boa aceitação ao nível dos trabalhadores [...]» (Entrevistas colectivas: falam um operário montador e um operário montador-soldador).

²⁵ Dias depois da manifestação, um novo comunicado da célula do PCP reafirma a justeza da sua posição, mas começará por afirmar «a nossa primeira palavra é de autocrítica, pois a célula do PCP da Lisnave-Margueira considera que fez muito pouco no sentido de mostrar e de defender [a justeza da sua posição] [...]». (Cfr. comunicado n.º 2 da célula do PCP da Lisnave/Margueira de 21 de Setembro de 1974.)

²⁶ A entrevista já citada no jornal *Revolução* refere 21 votos contra, sendo, porém, omissa quanto ao número de abstenções verificado entre os 2000 trabalhadores presentes.

²⁷ «Entretanto, cerca das 16 horas houve o plenário que estava programado. Intervenções de vários trabalhadores e também de militares, aqueles apresentando os seus pontos de vista quanto à manifestação, estes aconselhando a sua não reali-

1.3 A NÃO IMPLICAÇÃO DOS OPERÁRIOS DA ROCHA E AS RELAÇÕES ENTRE OS DOIS ESTALEIROS

No capítulo seguinte avançaremos alguns elementos que permitem delinear o estado do conflito na Rocha e na Margueira, bem como algumas características particulares da sua população operária, nomeadamente o tipo de questões que uma e outra tendem a privilegiar. Se, por um lado, os operários da Rocha mostram pouca sensibilidade aos problemas da hierarquia, por outro teriam razões suficientes para, em princípio, se sentirem implicados na exigência do saneamento e na manifestação, quanto mais não fosse, pelo seu carácter antifascista e anti-repressivo. Mas a não implicação do grupo operário da Rocha será praticamente total.

Uma das razões apontadas pelos militantes como estando na origem do seu comportamento teria a ver com a maior influência que o PCP já então possuía no meio operário deste estaleiro²⁸. Este argumento parece ser, no entanto, pouco convincente, já que, na Margueira, sectores operários influenciados por aquela organização política não tiveram comportamento idêntico²⁹.

Se as posições assumidas pela célula do PCP tiveram de facto repercussão no caso da Rocha, ela não deve encobrir um outro tipo de questões que podemos detectar nas entrelinhas da informação recolhida e que nos limitaremos a enunciar. A primeira refere-se à relativa exterioridade da própria exigência do saneamento; a segunda, às relações entre militantes e base ao nível da Rocha, em grande medida determinadas pelo tipo de relações que os colectivos de trabalhadores de ambos os estaleiros tendem a estabelecer entre si.

O processo de luta em torno do saneamento parece decorrer sobretudo da lógica e da dinâmica internas da Margueira, lugar onde se produz e onde encontra condições propícias ao seu desenvolvimento. Verificamos, por exemplo, que, na fundamentação da exigência do saneamento, os delegados e militantes fazem unicamente referência à repressão da greve de 1969 (que atingiu talvez mais duramente os operários da Margueira), deixando assim no esquecimento a história das lutas, da resistência e da repressão

zação e advertindo da ilegalidade e dos consequentes riscos possíveis. Chegou-se à votação de braço no ar. Não votou muita gente, é verdade, mas dos que votaram foi francamente insignificante a quantidade dos que se pronunciaram contra a manifestação.» (Cfr. Vítor Beirão, «Furando o cerco das FA. Manifestação pelo saneamento, contra a lei da greve e o fascismo», in revista *Lisnave*, n.º 103, Setembro de 1974, p. 8.

²⁸ Alguns dos elementos entrevistados acentuam a maior implantação do PCP entre os operários deste estaleiro e o papel decisivo das intervenções de militantes comunistas na única assembleia geral de trabalhadores da Rocha, bem como o pouco dinamismo de grande parte dos seus delegados. Mas chamam também a atenção para as características particulares da maioria dos operários da Rocha, cujo comportamento no plano reivindicativo e de luta é qualificado como «reformista» e «menos agressivo».

²⁹ Há uma excepção — o caso dos operários do sector de mecânica, cujas posições, segundo informação recolhida em entrevistas, eram (e foram desde sempre) conotadas com as do PCP, não tendo igualmente aderido à manifestação. Note-se que se trata de operários, na sua maioria, mais qualificados, mais velhos e mais antigos na empresa, com condições de trabalho menos duras e com níveis de salários mais elevados. Aliás, alguns dos militantes que dão relevo à implantação do PCP na Rocha confessam igualmente nunca ter percebido como é que, por exemplo, o casco-bordo, na altura com forte influência do PC, vai ser dos sectores que mais entusiasticamente aderem e participam na manifestação.

sofrida por aquela outra geração operária que ainda representa uma boa parte do estaleiro da Rocha. É certo que este lapso de memória e de linguagem, que revela uma exclusiva polarização na Margueira e a distância que na prática existe entre os dois colectivos operários, tem razões objectivas e materiais, que foram a própria repressão e o isolamento geográfico e sectorial das lutas operárias impostos pelo anterior regime. Mas ele revelaria também uma certa tendência para transpor e aplicar automaticamente à Rocha (sem ter em conta a sua especificidade, os problemas com que os seus operários se debatem, o ritmo com que o fazem, ou o estado em que o conflito se encontra) acções e palavras de ordem cuja razão de existir se encontra (porque aí produzidas e desenvolvidas) no grande estaleiro. Por um lado, os delegados da Rocha não só vão ser incapazes de fazer reflectir na estrutura de delegados da empresa os pontos de vista dos operários que representam, como vão ser igualmente incapazes de desenvolver ao nível do estaleiro uma dinâmica própria ou mesmo submeter as reivindicações e as palavras de ordem emanadas da Margueira a um trabalho de reflexão que permitisse, no mínimo, adequá-las à realidade da Rocha. Sendo uma parte dos delegados constituída por elementos da chefia, compreende-se que eles oponham resistência a qualquer dinamização interna, sobretudo quando se trata de uma questão como a do saneamento. Mas os próprios delegados operários também não tomam qualquer iniciativa neste sentido.

Por outro lado, a inexistência de um funcionamento autónomo que permita criar espaços de discussão e de decisão internos à Rocha — não se realizam nem reuniões de delegados nem reuniões gerais de trabalhadores³⁰ — fará que a participação dos próprios delegados e, por maioria de razão, a dos operários da Rocha nas estruturas mais gerais da empresa sejam longínquas e, na prática, apenas formais. A dimensão e importância do grupo operário da Margueira, o seu maior dinamismo, bem como o maior radicalismo e activismo dos seus delegados jogam no sentido de fazer prevalecer os seus objectivos e interesses, o seu próprio ritmo, integrando/subordinando, com relativa frequência, objectivos e interesses que surgem como particulares ou específicos ao grupo operário da Rocha. As posições que mais facilmente se exprimem são inevitavelmente as do grande estaleiro, não havendo lugar onde possíveis divergências de interesses, de orientações ou mesmo o confronto entre duas experiências operárias possam tomar forma e circular. E a procura de mecanismos e processos que permitam ultrapassar e resolver aquelas divergências sem cair na subalternização ou na via «expeditiva» torna-se mais difícil³¹. É o que, de algum modo, acaba por acontecer com o processo de saneamento e a própria manifestação. Para

³⁰ Um dos delegados da Rocha, ao falar deste período, refere apenas a realização de um plenário «relâmpago» para *anunciar* a manifestação e no próprio dia em que esta está prevista.

³¹ Depois da manifestação de Setembro, os delegados tomam consciência do problema e tentam resolvê-lo, realizando as reuniões da assembleia de delegados alternadamente na Rocha e na Margueira. Mais tarde (Novembro de 1975) chega a discutir-se a hipótese de haver duas comissões distintas com um secretariado comum, acabando, no entanto, por prevalecer o esquema da comissão única. Em Maio de 1976, altura das entrevistas, o problema mantinha-se. Um delegado da Rocha afirmará «não se ter ainda levado à prática neste estaleiro a realização de assembleias gerais de informação sobre o que acaba de se passar em cada assembleia geral da Lisnave realizada na Margueira», que continuam a conhecer uma afluência reduzida de operários da Rocha.

os delegados da Margueira, os operários da Rocha estão condenados a seguir por arrastamento, funcionando, na prática e independentemente das intenções dos próprios delegados, como massa de manobra que é preciso arregimentar. Por exemplo, a fim de garantir a presença da Rocha, o plano de organização da manifestação prevê a constituição de «um piquete especial de 15 homens» da Margueira, cuja tarefa é «conduzir» e «reforçar» os operários daquele estaleiro na sua saída e desfile até ao Cais do Sodré. Tal como em Maio, em que os militantes decidem abandonar a reivindicação das diuturnidades sem qualquer discussão no meio operário da Rocha e, posteriormente, tentam resistir à entrega do seu abaixo-assinado, agora tentam impor reivindicações e formas de luta de cujo processo de discussão e decisão os operários da Rocha se encontravam desde o início afastados ³².

As relações entre delegados e base neste estaleiro tendem a diluir-se e a ser marcadas por uma relação de dependência perante o colectivo da Margueira ^{32a}, dependência que os operários da Rocha ressentem de forma negativa. Embora os seus operários recusem qualquer hipótese de separação e façam questão em afirmar que «a Rocha é a mãe da Margueira e da Lisnave», eles não deixam igualmente de manifestar um sentimento de marginalização, que tentam superar, ora afirmando a necessidade de tomar uma posição de força («a malta é sempre posta de lado, temos de tomar uma posição de força»), ora refugiando-se num certo «espírito de empresa» («a comissão de trabalhadores da Margueira diz que há tantos contos de prejuízo, mas nós tivemos sempre trabalho, deu lucro. Portanto estamos a pagar aos outros»).

Parece-nos, assim, que a subordinação à Margueira e a correlativa falta de autonomia do colectivo operário da Rocha, bem como a sua exterioridade em relação a todo o processo, são anteriores a quaisquer razões que possam ter igualmente contribuído para a sua recusa em aderir e participar na acção em torno do saneamento.

1.4 A INOVAÇÃO DOS MILITANTES

Ao contrário do que acontece em Maio, o desencadear da acção em torno do saneamento assenta exclusivamente na iniciativa dos delegados e militantes, seguida de adesão lenta, mas significativa, da base, no caso da Margueira, e de não adesão, no caso da Rocha.

³² Anotam alguns militantes que o problema das diuturnidades foi discutido em assembleia geral de delegados e de trabalhadores, tendo sido votada a sua rejeição por maioria. Os operários da Rocha é que estavam praticamente ausentes. E, de resto, «quem fala, quem tem iniciativa? Os novos, a Margueira, assumindo os operários com mais anos de casa uma atitude passiva. E, quando estes se organizam, fazem-no sob a forma de abaixo-assinado que reproduz essa passividade».

Mas a questão está em saber como resolver organicamente as divergências entre dois colectivos que se caracterizam por ritmos e concepções diferentes, tanto mais que posições maioritárias na Rocha podem estar condenadas a ser sempre minoritárias no conjunto da Lisnave. O que nos leva a perguntar: operários da Rocha e Margueira constituirão um único colectivo, com tudo o que daí decorre, ou estaremos antes perante dois colectivos específicos, que, no entanto, têm de coordenar os seus interesses e acções perante a empresa comum?

^{32a} Curiosamente, os operários defrontam-se no plano da acção com problemas análogos aos que existiam entre a Rocha e a Margueira no plano da produção — dependência, subordinação — e que estavam na altura a ser postos em causa pelos gestores da Rocha.

Em Agosto/Setembro, o activismo da base, possivelmente por razões de ordem conjuntural, é de facto menor que o verificado em Maio. Mas verificamos também que os delegados demonstram uma maior capacidade em exprimir o descontentamento operário existente naquela altura na Margueira, condensando-o e cristalizando-o na exigência do saneamento, exigência esta que estava longe de ser uma questão específica da Lisnave ³³.

A «capacidade de inovação» ³⁴ dos delegados da Margueira, a ter existido, não residiria propriamente no formular desta reivindicação, que, como vimos, se arrasta desde Maio. Ela estaria antes no facto de os delegados a terem retomado exactamente no momento em que o descontentamento, a crítica e a contestação incidiam sobre problemas directa ou indirectamente ligados à hierarquia e ao exercício da autoridade na empresa e numa fase em que o saneamento se torna, por assim dizer, uma questão-chave para o movimento operário, não só pela importância que adquire ou pela persistência com que se manifesta, como pelo que o seu *impasse* revela — a luta pelo saneamento *tendia* a pôr em causa o poder patronal na empresa e o próprio sistema capitalista.

É certo que os delegados e militantes manifestam uma relativa dificuldade em articular, na prática, o saneamento de figuras de topo com o movimento de crítica aos escalões inferiores da hierarquia: o primeiro formulado inicialmente apenas em termos de antifascismo, o segundo englobando sentidos muito diversos, sobre os quais não parece ter havido um trabalho de reinterpretação de síntese por parte dos militantes, levando a que as duas questões tendam a manter-se, tanto no plano do discurso como no da acção, relativamente separadas ³⁵. Mas os delegados conseguem canalizar esse descontentamento, de sentidos heterogêneos, dando-lhe um objectivo preciso, sobre o qual era mais fácil reunir um largo consenso.

A sua capacidade inovadora estaria ainda no facto de terem procurado

³³ O problema do saneamento, que em Maio de 1974 havia aparecido em 43 % das 158 empresas estudadas da cintura industrial de Lisboa, constituindo a segunda principal reivindicação, encontrava-se em inúmeros casos em idêntica situação de *impasse*. (Cfr. «O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas», in *Análise Social*, n.ºs 42-43, 1975, pp. 290 e 296.

³⁴ Cfr. Sabine Erbès-Séguin, «Militants et Travailleurs: organisation des relations dans la grève», na obra colectiva *Grèves revendicatives ou grèves politiques?*, ed. Anthropos, 1971.

Erbès-Séguin define a «capacidade de inovação» dos militantes como sendo a adaptação das práticas a uma situação flutuante ou em evolução ou como a capacidade de estabelecer uma «ligação directa entre a acção e o real» («l'action en prise directe sur le réel»), o que, no contexto de Maio de 1968 em França, consistiria «na capacidade de dar um conteúdo e uma expressão política — ou seja, pondo em causa o poder — a toda e qualquer reivindicação. Trata-se de utilizar o estado do conflito na empresa como base de uma reivindicação susceptível de levantar o problema do exercício do poder, e de tal modo que esta reivindicação da empresa não fique nela encerrada, mas seja articulada com o conjunto dos problemas do País, graças às ligações com as outras empresas e com as outras instâncias sindicais e políticas» (*op. cit.*, pp. 259, 265 e segs.).

³⁵ As divergências surgidas quanto às prioridades do saneamento (quem sanear?) ou quanto às formas que ele devia assumir no caso dos chefes (afastamento da empresa ou afastamento da função); as oscilações verificadas nas medidas propostas e na própria linguagem a respeito dos chefes; as referências concomitantes, por um lado, à exigência imperiosa de «pôr os chefes na linha» e, por outro, os problemas que a concretização dessa exigência levanta, ressentidos, nalguns casos, de forma negativa, e a própria amálgama de sentidos da crítica à hierarquia no discurso militante indiciam a dificuldade em articular as duas questões (ver capítulo seguinte).

articular a luta pelo saneamento com objectivos que não eram então menos actuais e importantes para a classe operária: luta contra a lei da greve e do *lock-out*, luta contra os despedimentos.

A forma de luta adoptada, num momento em que o «clima» geral não parece ser propício a práticas mais radicais³⁶, bem como o próprio tipo de reivindicações que formulam, de carácter mais político que económico, não só garantiam à partida um mínimo de coesão interna, impedindo que a acção viesse a ser isolada (ao contrário do que, por exemplo, havia sucedido na TAP), como ainda constituíam a possibilidade de ultrapassar os limites da empresa, generalizando algumas das principais questões com que o movimento operário então se debatia. A manifestação da Margueira será, aliás, a primeira e praticamente única iniciativa de envergadura contra a lei da greve acabada de promulgar³⁷.

Estes aspectos inovadores do comportamento dos delegados não nos devem, no entanto, fazer esquecer duas outras características igualmente presentes e que podem ter jogado na forma lenta como os operários da Margueira aderem às iniciativas e palavras de ordem propostas pelos seus delegados.

Uma, já apontada, é a que se refere à dificuldade que delegados e militantes manifestam em articular expressamente o saneamento de topo (qualificado de «político») com o descontentamento e o movimento de crítica aos escalões inferiores da hierarquia.

Outra é a que se refere à morosidade com que delegados e militantes renovam a sua linguagem e argumentos, renovação esta que pareceria tanto mais necessária quanto eram passíveis da usura do tempo³⁸ e do desgaste provocado pela «nova face» com que a direcção da empresa se apresenta³⁹.

³⁶ Limitamo-nos a citar dois sinais desse clima: a repressão da greve da TAP, requisitada e ocupada militarmente, e a quebra registada no número de conflitos. Em Maio eclodem 299 conflitos, em Junho 68, em Julho apenas 29; em Agosto, Setembro e Outubro, esse número aumenta para 51, 80 e 89, respectivamente; será preciso esperar por Novembro e Dezembro para se voltar a encontrar valores próximos dos de Maio — 176 e 200 (dados recolhidos directamente junto do Ministério do Trabalho e referentes aos três sectores de actividade).

³⁷ Em grande medida porque não houve tempo. Quinze dias depois dava-se o 28 de Setembro e o afastamento de Spínola, considerado o principal inspirador de tais leis.

³⁸ Perante a fraca afluência de trabalhadores às assembleias gerais, um militante m.-l. pergunta, a dada altura, num artigo do jornal *Voz do Estaleiro* (n.º 3, Agosto de 1974): «[...] será que os 'tostões' que o Mello nos deu, e que neste momento já não valem nada, nos fizeram esquecer o mal que os fachos originaram a muitos dos nossos camaradas?» Esta interrogação, que pretende ser uma chicotada moral, não deixa de reflectir a perplexidade do militante quanto à possibilidade de o saneamento já não ser uma questão mobilizadora entre os operários deste estaleiro. O modo como a pergunta é feita nem ajudará os próprios militantes a compreender o que se passa nem provavelmente será eficaz junto dos outros trabalhadores: a capacidade de mobilização passa pela mudança do tipo de linguagem e de argumentos. Estes também se gastam.

³⁹ O efeito de usura provocado pelo novo tipo de comportamento patronal é aflorado pelos delegados e militantes quando fazem referência aos comunicados patronais, definindo-os como «monumentos de provocação à inteligência dos operários, disfarçados de 'justiça', 'compreensão', 'caos económico', 'economia nacional'» (cfr. «Comunicado à população» de 11 de Setembro de 1974), ou quando referem a «subtil mudança democrática dos administradores, largando constantemente comunicados com um palavreado cheio de 'flores democráticas'» (cfr. *Causa Operária*, n.º 1, de 21 de Setembro de 1974), o que significa que estes comunicados não deixavam de ter alguma eficácia.

As actas das assembleias e das reuniões desta altura dizem-nos pouco na medida em que não reproduzem textualmente as intervenções dos delegados. Embora se trate de um documento que exprime apenas as posições dos militantes m.-l. — o jornal *Voz do Estaleiro* —, ele pode servir-nos de exemplo, já que esta corrente detinha a maioria na comissão de saneamento e tivera um papel relevante no relançamento deste tema. Dois artigos são dedicados ao saneamento, mas em nenhum deles se faz qualquer referência ao estado do conflito na empresa e ao modo como saneamento e manifestação nele se inserem, como ainda em nenhum deles se procura analisar o seu significado ou proceder à sua articulação com o movimento reivindicativo de outras empresas.

Definindo o momento político como «um momento importante» em que «são dadas certas liberdades de expressão aos trabalhadores»⁴⁰, ambos os artigos vão ser sobretudo um apelo à participação dos operários nas assembleias gerais e na discussão do caderno de acusações. O discurso mantém-se, por assim dizer, ao nível do adquirido, utilizando os mesmos argumentos que havíamos encontrado em Maio. Alertam-se os trabalhadores para uma questão que é definida como «importante» e «vital», mas cuja importância não é demonstrada nem desenvolvida, e antes apresentada em termos de evidência e em termos restritos de «luta contra o fascismo»⁴¹. O vazio da análise como que encontra um substituto na força com que a necessidade de participação e organização é apresentada.

Coincidindo com um maior debate no seio dos delegados, o discurso militante parece sofrer algumas alterações poucos dias antes da data prevista para a manifestação, altura em que a afluência dos trabalhadores às assembleias se torna mais significativa. O comunicado dirigido à população, produto de discussões em reuniões de delegados, e que sintetiza de certo modo as posições por estes assumidas em assembleias, contém alguns elementos novos: a luta pelo saneamento ultrapassa o seu carácter antifascista, para agora ser definida igualmente em termos anticapitalistas; ela insere-se no movimento reivindicativo e grevista de outras empresas e articula-se com objectivos mais gerais; raciocina-se em termos de relação de forças, ao mesmo tempo que se define uma posição táctica perante o Governo Provisório e o MFA. Mais tarde, o próprio comunicado do PCP, que terá funcionado (embora pela negativa) como revelador do significado político da manifestação, viria reforçar a necessidade de os delegados adoptarem e utilizarem uma fundamentação diferente e novos instrumentos de reflexão.

Alguns dos aspectos inovadores atrás referidos não surgem, pois, à partida, como um dado do comportamento militante. Eles vão antes aparecer e desenvolver-se ao longo do próprio trabalho de mobilização. E seria à medida que os delegados e militantes vão sendo capazes de renovar o seu discurso e definir com maior rigor o conteúdo político das suas palavras

⁴⁰ *Voz do Estaleiro*, n.º 3, p. 4.

⁴¹ Estes militantes limitam-se a afirmar no primeiro artigo: «[...] todos sabemos que os elementos a sanear estão comprometidos com o regime fascista, e não só, lançaram no desemprego centenas de camaradas nossos sem se importarem com a situação económica (alguns desses militantes viviam na mais encarniçada miséria). Aqueles elementos são indesejáveis para todos nós e, portanto, temos que os pôr na rua.» E no segundo: «[...] ele [o saneamento] é vital porque nos mobilizará para a luta contra o fascismo e seus compinchas que ainda sobrevivem em diversos locais de trabalho, como é o caso do estaleiro.» (*Voz do Estaleiro*, n.º 3, pp. 4 e 5.)

de ordem que a adesão da base operária da Margueira se vai tornando progressivamente mais significativa.

2. GRUPOS E CATEGORIAS SOCIOPROFISSIONAIS PERANTE O SANEAMENTO E A MANIFESTAÇÃO DE 12 DE SETEMBRO DE 1974

Como é próprio das situações de conflito, a acção operária vai fazer entrar em cena os vários grupos e categorias socioprofissionais da empresa. Se, em Maio, a característica principal é a integração dos diferentes grupos no movimento de greve, em Setembro, o aspecto dominante vai ser a dissociação entre o grupo operário e a generalidade dos restantes grupos socioprofissionais, verificando-se ainda o aparecimento de sectores que vão desempenhar um papel preponderante no desencadeamento e realização da manifestação.

Vejamos alguns elementos que podem ajudar-nos a compreender o comportamento dos principais grupos socioprofissionais e, nomeadamente dentro do grupo operário, as diferenças de comportamento entre os operários da Margueira e da Rocha.

A exigência do saneamento, enquanto objectivo prioritário da manifestação denunciados pela sua prática repressiva e autoritária e são directamente por ligações com o anterior regime e pela repressão à greve de 1969. Mas, ao nível dos sectores de trabalho na Margueira, ela atinge igualmente outros escalões da hierarquia. Se o primeiro, que os militantes qualificam de «saneamento político», conhece relativo eco no meio operário da Margueira, será, no entanto, o segundo que os operários vivem mais directamente e com maior intensidade⁴². Desenvolve-se um pouco por todo o lado a crítica e a contestação dos chefes e, nalguns sectores, a tentativa de intervir na sua nomeação, ou mesmo a vontade de proceder ao seu saneamento. É certo que a crítica e a contestação nem sempre se dirigem ao «papel social» da chefia. Se nuns casos é a própria função que está em causa — os chefes são denunciados pela sua prática repressiva e autoritária e são directamente referidos à classe adversa —, noutras, a crítica incide apenas, ou predominantemente, sobre o papel pessoal, isto é, sobre as características individuais de alguns chefes.

⁴² «Dá-me ideia de que o saneamento político não foi apreendido na sua globalidade. Havia a tendência para limitar o saneamento aos chefes directos. Era o chefe directo, não era uma estrutura. Era o gajo que mandava trabalhar, que não lhe dava o cartão, era o gajo que estava metido na escala hierárquica [...] A ideia que tenho é a de que o saneamento político não era devidamente sentido pelos trabalhadores. E, quando se fala do saneamento do Perestrelo, Carvalho, pessoas que nalguns casos os trabalhadores não conheciam, dizia-se: 'Ainda se fosse o saneamento daquele gajo ali.'» (Entrevista colectiva, fala encarregado-geral.)

«Ao nível do Carvalho, do Perestrelo, a malta toda entendeu o afastamento politicamente. Havia uma certa aversão, no caso do Carvalho e do Varela, pelo seu comprometimento com a Pide. Havia aí um sentimento da malta e mesmo de gajos que hoje são relativamente retrógrados. Ainda hoje se ouve dizer que esses gajos foram bem e que se calhar havia outros e não foram. Não tinham era bem o alcance daquilo tudo, mas sentiam que era bem feito. Mas cá em baixo é que havia efectivamente um sentimento maior em relação àqueles que tinham cometido mais sacanices [...] O sentimento da malta era que esses saneamentos provocassem ao mesmo tempo um esfrangalhamento da hierarquia que esses gajos mantinham [...]» (Entrevista colectiva, fala um soldador-montador.)

A reivindicação do saneamento de um administrador e de dois quadros, bem como o clima de crítica generalizada à hierarquia, operam, pela sua própria natureza, uma clivagem entre o grupo operário e os restantes grupos socioprofissionais. Definidos como apêndice do poder patronal, ou atingidos no seu «papel pessoal», os quadros, os técnicos e os chefes directos vão constituir importantes ilhas de resistência. Eles vão reagir não tanto por uma oposição organizada e frontal — de qualquer modo não aderem à manifestação —, mas antes por um comportamento defensivo e pela acusação surda e não menos eficaz de que os operários cavam a ruína e o caos da empresa. Quer em documentos da altura, quer em entrevistas posteriores, os próprios operários e militantes fazem referência ao que «anda mal no estaleiro», ao que «não funciona», à «perda de iniciativa e de decisão» nos vários escalões da hierarquia», ao «medo de resolver»... que os operários analisam de forma diversa e algo contraditória⁴³.

É certo que a atitude defensiva de alguns destes sectores se deve, em grande medida, às alterações que as suas posições relativas na estrutura da empresa sofrem com a introdução das recentes conquistas operárias. E, mais do que qualquer outro, o grupo da chefia directa. Situada esta no ponto de junção de duas estruturas concorrentes que, por si só, marca o carácter ambíguo e conflitual do seu estatuto e papel na empresa — a chefia directa é, por assim dizer, o grau mais elevado da hierarquia operária e, ao mesmo tempo, o primeiro grau da hierarquia da direcção da empresa⁴⁴ —, ela vê ainda aqueles fortemente abalados pela perda recente de direitos e privilégios (baixa a sua posição relativa na escala de vencimentos, como diminui, por exemplo, a segurança da sua posição hierárquica, que agora encontra um concorrente na figura do delegado operário). Mas a generalização da contestação da sua autoridade e a hostilidade operária vêm agravar e acentuar ainda mais a sua atitude de defesa e de resistência⁴⁵. E a manifestação acaba por, de algum modo, se lhes dirigir.

⁴³ A este respeito é elucidativa a «Mesa-redonda sobre o trabalho a bordo», in revista *Lisnave*, n.º 103, de Setembro de 1974. Enquanto um dos intervenientes fala, por exemplo, do amolecimento geral e da falta de trabalho («não direi uma espécie de vingança, mas como se tivesse querido 'espremer o limão', em que os afectados foram os trabalhadores») e outro dá exemplos concretos do mau funcionamento do estaleiro, um terceiro, para quem «em qualquer política vigente têm de existir dirigentes e dirigidos, ordem e disciplina», aponta como principais responsáveis os gestores e o pessoal de enquadramento que se demitem das suas responsabilidades e deixam de «se impor na função que desempenham». E, nas entrevistas por nós realizadas, surgem iguais referências à «crise de autoridade», ao «medo de intervir», consequência, em certa medida, da contestação operária.

⁴⁴ Cfr. J. D. Reynaud, «Structure et organisation de l'entreprise», in P. Naville e George Friedmann, *Traité de Sociologie du Travail*, Armand Colin, 1962, vol. II, pp. 69 e segs.

⁴⁵ Num documento da secção do PS da Lisnave de Maio de 1976, mas em que se faz uma reflexão sobre o que se passou na empresa desde o 25 de Abril de 1974, é dedicado um capítulo à gestão em que se pode ler: «[...] os trabalhadores eram, nalguns casos, comandados com certo despotismo pela chefia, interessando a esta unicamente o resultado da produção e àqueles a manutenção do emprego. O 25 de Abril veio trazer as maiores surpresas no comportamento da chefia, uma vez que a relação de forças se modificara. A que assistimos então nestes dois últimos anos? A uma quase permanente contestação dos chefes pelas suas bases; a uma demissão das funções da chefia motivada pela contestação, que em muitos casos conduziu ao saneamento; a um desejo por vezes inconsciente de acabar com as chefias por desnecessárias; a um medo quase permanente de alguns chefes que, para se aguentarem, foram cedendo regalias e privilégios; à existência de teorias que levavam a acreditar

Os trabalhadores administrativos, ao contrário do que acontece em Maio, vão manter-se numa posição de neutralidade e a sua participação será pouco significativa ⁴⁶. Ideologicamente sensíveis à maior violência de linguagem empregue nas assembleias e nos comunicados, interpretando o saneamento sobretudo em termos de «destruição de pessoas» e de «destruição da empresa», este grupo manter-se-á relativamente alheio e passivo. Se, por exemplo, os resultados da consulta por voto secreto aos trabalhadores da subdirecção de pessoal ⁴⁷ são relativamente favoráveis ao saneamento (os votos a seu favor oscilam entre 40,8 % e 61,9 %, consoante o nome a sanear) e se o número de votantes se pode considerar representativo (num total de cerca de 80 trabalhadores votaram 71), ele parece constituir um caso único e excepcional no conjunto dos trabalhadores administrativos.

A exigência do saneamento e as práticas que se lhe seguem são assim transportadas essencialmente pelo grupo operário, onde se regista, porém, como que uma dupla polarização: por um lado, é entre os operários da Margueira que as palavras de ordem de saneamento e de manifestação encontram progressivamente maior eco (como vimos, a implicação dos operários da Rocha é quase nula); por outro, vão aparecer, entre os apoiantes da manifestação, sectores operários que desempenham um papel motor na sua efectivação e marcam o seu tom ofensivo.

Vimos que as assembleias gerais preparatórias, tanto na fase de menor como na de maior mobilização, contam quase exclusivamente com trabalhadores da Margueira, os quais, em reuniões sucessivas, aprovam e ratificam as palavras de ordem e propostas dos delegados. Vimos ainda que o problema da autoridade e da hierarquia vem sendo um dos temas com maior acuidade entre os operários deste estaleiro.

Mas, se os operários da Margueira são, no geral, mais sensíveis à palavra de ordem de saneamento, o desencadear da manifestação, no dizer de alguns militantes entrevistados, fica a dever-se, em grande medida, à combatividade de três sectores operários — manobras, casco-bordo, doqueiros — cuja participação maioritária e intensidade com que aderem vão ter o efeito de contágio e de arrastamento dos sectores mais hesitantes e conferir à manifestação o carácter «agressivo» que esta viria a ter ⁴⁸.

que os chefes só serviam para levar o dinheiro, porque competência e liderança não tinham [...]» (Cfr. documento *Grito de Alerta*, da secção do PS da Lisnave, Maio de 1976.)

⁴⁶ «[...] Em Maio é outra coisa. O problema do dinheiro, esse toca a toda a gente. Não é bem o problema do saneamento. Não é um problema de luta [...] é um problema onde doi.» (Operário soldador-montador.) «[...] E depois em Maio havia aquele aspecto romântico [...]» (Encarregado-geral.)

⁴⁷ Nesta consulta parcelar foram excluídos os serviços do infantário (cerca de 12 trabalhadores), vigilância (cerca de 55), prevenção de acidentes de trabalho (cerca de 20) e refeitório (cerca de 250), que, com a subdirecção de pessoal (cerca de 80), compõem o departamento de pessoal.

⁴⁸ «[...] Manobras, casco-bordo e docas são os sectores com maior participação e com influência determinante na manifestação e no seu aspecto agressivo.» (Entrevista colectiva, fala encarregado-geral.)

«[...] E os operários das manobras são os que mais se destacam, vêm já unidos e organizados do seu local de trabalho. São sectores que levam mesmo os trabalhadores mais hesitantes a ir para a manifestação. Lembro-me que é quando vêm os gajos das manobras que muita gente adere, principalmente das novas construções.» (Entrevista colectiva, fala soldador-montador.)

Definidos como dos sectores mais «martirizados» do estaleiro, dadas as condições de trabalho que os caracterizam, com uma população operária ao mesmo tempo jovem e recente na empresa, eles são igualmente apontados como dos sectores (nomeadamente casco-bordo e manobras) onde o problema da chefia adquire maior importância ⁴⁹.

Sendo os prazos de docagem dos navios um dos principais factores em que se baseia a produtividade da Margueira no campo da reparação naval, sendo o cumprimento dos mesmos da competência da chefia e tratando-se ainda de um trabalho em que a produtividade repousa mais no homem do que na máquina, a função de enquadramento está longe de se limitar aos aspectos meramente técnicos, acabando por incidir sobremaneira na intensidade e ritmos de trabalho, bem como nas próprias condições em que este é executado. São, aliás, numerosas as referências em documentos da altura ao agravamento nos momentos de ponta da intensidade do trabalho, em condições já de si extremamente duras (como no caso dos petroleiros, em que parte do trabalho se processa no interior dos tanques), ou à minimização das condições de segurança, bem como à quota-parte de responsabilidade que neles detém a chefia ⁵⁰. Note-se que é entre os soldadores e

⁴⁹ «[...] São sectores mais indiferenciados ou dos menos beneficiados com situações de trabalho — condições de trabalho e salário — e com uma ligação afectiva à empresa, se assim se pode chamar, ou de enquadramento pela empresa menor: primeiro, por serem mais novos; segundo, por terem uma origem na empresa muito mais recente; depois, por terem condições de trabalho em que não perdem nada [...]» (Encarregado-geral.)

«[...] E depois tem outra coisa. Eram secções onde a chefia, onde a hierarquia era mais opressiva. Tanto no casco-bordo como nas manobras. E é por isso que aí acontecem revoltas contra a chefia [...]

Eram mais aguerridos pelos factores apresentados. Depois é onde se vão dar saneamentos. Por exemplo, nas manobras o saneamento do comandante Pereira; e no casco-bordo há uma vontade férrea de sanear certos gajos. A questão do saneamento é sentida naqueles locais com muito mais intensidade.» (Entrevista colectiva, fala operário soldador-montador.)

⁵⁰ Um trabalhador da secção de bordo, após definir que o que existe em relação aos chefes «é um sentimento de medo, e não de respeito, como deveria ser», dirá: «[...] o pessoal que anda a bordo é, no entanto, o mais sacrificado. Para se conseguirem prazos aceitáveis, obtendo-se a qualidade mínima, ter-se-ia de levar mais tempo, de forma que estes trabalhos, se fossem realizados com todas as condições devidas, levariam muito mais tempo, o que alargaria forçosamente os preços de reparação. Assim, temos de exigir do pessoal bastante espírito de sacrifício, mandando um indivíduo para uma tarefa cujas condições se sabe de antemão serem deficientes.» («Falam os delegados do serviço de casco», in revista *Lisnave*, n.º 102, Agosto de 1974, p. 16.) Ou ainda, segundo um outro elemento da mesma secção: «As condições de trabalho modificaram-se. Esta foi a secção alvo de maior repressão por parte dos chefes [...] Mandavam-se, por exemplo, entre montadores e soldadores, cerca de 40 pessoas fazer fumo para dentro de um tanque, donde uma atmosfera de sufocação, sem condições nenhuma. Ora isto aconteceu a centenas de colegas nossos [...], ao que se junta a obrigatoriedade das horas extra, as quais, segundo um outro elemento, «não eram impostas pela secção, mas sim pela produção, devido à necessidade de cumprimento dos prazos [...] forçando assim os chefes a tudo para que fossem respeitados os prazos que os orçamentos determinavam e estabeleciam» («Mesa-redonda sobre o trabalho a bordo», in revista *Lisnave*, n.º 103, Setembro de 1974, p. 15). E, em considerações sobre a reparação do navio *Asiatic*, o quadro Eng. Leite, a propósito da produtividade, que define como «factor dominante da indústria» e que faz depender da «racionalização dos trabalhos, da coordenação e do planeamento», chamará a atenção para a necessidade de «tomar os devidos cuidados em relação aos problemas que daí possam advir, como, por exemplo, cadências exageradas, inadequado ambiente de trabalho [...]» («O caso *Asiatic* — uma reparação que deu que falar», in revista *Lisnave*, n.º 104, Outubro de 1974).

montadores do serviço de casco (bordo e oficina) que, ao longo de Agosto, a par das críticas endereçadas aos velhos métodos do exercício da autoridade e da denúncia das condições de trabalho e de segurança, vemos surgir a exigência de a nomeação de futuros chefes ser submetida a consulta prévia dos operários do sector e, mais tarde, tentativas efectivas de saneamento. O mesmo acontecerá, aliás, nas manobras, onde, para além dos constrangimentos inerentes ao tipo de trabalho e dos impostos por uma produtividade que se quer a todo o custo elevada (o operário que em Agosto é vítima de um acidente de trabalho pertence exactamente ao serviço de manobras), aos operários se depara frequentemente uma chefia arbitrária e que apenas conhece a linguagem das sanções disciplinares ⁵¹.

Ao contrário do que acontece na Margueira, não se verifica entre os operários da Rocha qualquer movimento de crítica à hierarquia. Não porque o problema da arbitrariedade ou do autoritarismo dos chefes não seja extensivo a este estaleiro. Em entrevistas tidas com operários da Rocha ou que aqui haviam trabalhado, são mencionados aspectos idênticos aos referidos no grande estaleiro: «nomeação mais por compadrio do que por competência», «despotismo e arbitrariedade de alguns chefes, nomeadamente na aplicação de sanções e na distribuição do trabalho extra». Mas o dominante, no dizer de um antigo operário da Rocha, será a «ligação quase umbilical à chefia», que aparece como fazendo parte do grupo operário, ponto de chegada de uma carreira num mundo em que a qualificação, a prática e a experiência constituíam critérios de hierarquização interna ao próprio grupo operário ⁵². Ou ainda um mundo de relações fortemente personalizadas e informais, onde, não muito longe no tempo, o vestiário e a taberna eram ainda o prolongamento ou o outro lado da vida de trabalho no estaleiro ⁵³. As posições mais de tipo antiautoritário, que estavam, aliás, longe de se confinar ao estrito campo da chefia, eram tradicionalmente assumidas pelos operários mais jovens: aprendizes, ajudantes, oficiais de recente data ⁵⁴. Em Junho de 1974 vemos uma parte importante dos operá-

⁵¹ Ver, por exemplo, o relatório final do processo de saneamento do chefe de secção de manobras, do grupo de trabalho e saneamento de 20 de Maio de 1975.

⁵² «O ajudante e o aprendiz funcionavam praticamente como criados do oficial: transportavam-lhe a caixa das ferramentas, o balde, limpavam o que ele sujava e chegavam-lhe o pano para limpar as mãos [...]» Por volta dos inícios dos anos 60, estas manifestações de hierarquização interna ao grupo operário tendem a atenuar-se, quer pelo recrutamento de jovens que possuem o curso industrial, quer pelo facto de a direcção da empresa lançar os aprendizes directamente no trabalho produtivo após um período de formação. (Entrevista com dois jovens delegados operários da Rocha, mecânico e soldador.)

⁵³ «A Rocha tem uma estrutura etária mais velha e com muitos anos de casa. São anos e anos de forte ligação. Vêm de um tempo em que as relações eram muito duras. Por exemplo, um gajo que chegasse lá e levasse com uma marreta, assim brincadeiras, era normal. Uma certa violência era tida como uma manifestação de coragem, de valentia, de ser homem. E o chefe era o gajo bom, o mais malandro, o que engatava mais miúdas, o que vestia melhor. E havia, ao nível humano, ao nível das relações, uma maior ligação. Saíam dali e iam com o pessoal, não necessariamente todos, é claro, beber um copo à tasca [...] Na Margueira, às 5 horas, cada um vai para o seu lado. Ali tocava e havia malta que estava uma, duas horas até se ir lavar no cavaqueio. Havia, no conjunto, situações que ligavam mais as pessoas, havia uma aceitação tácita das diferenças [...]» (Entrevista colectiva, fala um ex-operário da Rocha.)

⁵⁴ Na década de 50, os jovens aprendizes (17 e 18 anos) eram considerados pelos seus chefes os mais conflituosos. E os delegados entrevistados que haviam entrado para a empresa nos anos 60 referem os pequenos conflitos quotidianos entre

rios deste estaleiro eleger seus delegados muitos contramestres e encarregados e, em 1976, um dos militantes entrevistados afirmará não se ter registado até então qualquer iniciativa no sentido de os operários reivindicarem a sua participação na nomeação das chefias.

Com relações internas mais informais e solidárias, mas também mais hierarquizadas e enraizadamente paternalistas, não conhecendo, aliás, o gigantismo dum estaleiro como o da Margueira, o grupo operário da Rocha é aquele em que o peso da velha geração operária se mantém relativamente importante e o que, à partida, apresenta uma população mais visivelmente heterogénea.

De um lado, os operários mais jovens, sensíveis, como na Margueira, aos temas da hierarquia e da autoridade: mas, neste caso, o conflito potencial está longe de poder ser reduzido à oposição estrita entre o mundo do trabalho e o mundo dos chefes e da organização, tomados como elementos da estrutura capitalista do trabalho e da produção na empresa. Ele abrange, como vimos, aspectos que se situam no interior da própria hierarquia operária.

Do outro lado, velhos operários de longa tradição na indústria e na empresa e que, mais do que à hierarquia, vão ser sensíveis aos problemas que mais directamente se ligam à sua condição e situação específicas: segurança de emprego, reforma, antiguidade.

Se os primeiros temas se mantêm latentes, são os segundos que marcam ou dominam a prática reivindicativa do grupo operário da Rocha.

Apesar de os velhos operários deste estaleiro serem potencialmente tão mobilizáveis pelos objectivos antifascistas e anti-repressivos da manifestação quanto os operários da Margueira — com uma longa tradição de luta, a repressão por eles sofrida remonta a muito antes de 1969⁵⁵ —, eles não irão ter nenhum papel activo e acabam por não lhe aderir.

A dureza das condições de trabalho, os constrangimentos impostos pelo mundo da organização e da racionalização do trabalho e o lugar que nesse mundo ocupam os quadros e pessoal de enquadramento são, para além da sua realidade objectiva, temas privilegiados do discurso e da prática de alguns importantes sectores operários da Margueira. Se tal facto não explica, por si só, a adesão maioritária dos operários deste estaleiro à iniciativa da manifestação, ele constitui, por assim dizer, o terreno favorável onde se insere e desenvolve uma outra exigência formulada pelos militantes em termos mais classicamente políticos de «luta contra os resquícios do fascismo» na empresa — a do saneamento dos responsáveis pela repressão e por ligações com o antigo regime.

novos e velhos, entre aprendizes/ajudantes e oficiais, quer a propósito das tarefas que estes lhes destinavam, quer, mais tarde, a propósito de aspectos técnicos (uns apelando para o seu conhecimento técnico, outros apelando para a sua experiência) ou da utilização das novas ferramentas ou ainda da observação de certas regras de segurança («o serralheiro tinha de trabalhar sem luvas»)...

Mas a categoria «novos e velhos» estará ainda em 1976 na boca de um operário com 30 anos de estaleiro quando, a propósito da greve de Maio, afirma: «Foi tudo muito confuso. Muita confusão. Não beneficiou os antigos nem os novos [...] Mas estão aqui os elementos da comissão, os nossos delegados, que sabem e devem ser eles a dizer. Estão aqui eles, os novos que podem dizer [...]»

⁵⁵ Nomeadamente em 1941 (braços caídos, que termina com prisões), 1943 (greve e prisões), 1947 (greve, despedimentos, encerramento dos estaleiros e prisões), 1958 (baixa de rendimento), 1969... (entrevista com um operário da Rocha com 30 anos de estaleiro e «Luta nos estaleiros», in *Voz do Povo*, 1976).

Digamos que a mobilização contra a prática autoritária e repressiva da administração, no que ela constituiu de obstáculo ao desenvolvimento do movimento sindical e de negação da própria classe operária durante o anterior regime, entronca e retira a sua força, no caso da Margueira, não apenas da violência que aquela assumiu na greve de 1969, mas também dos constrangimentos inerentes à própria actividade de trabalho nos estaleiros e ao que nesses constrangimentos os operários lêem de arbitrariedade, de exploração e de atentado à sua própria integridade física.

Assim, a acção em torno do saneamento introduz clivagens profundas entre os vários grupos socioprofissionais da empresa e é desenvolvida quase exclusivamente pelo grupo operário.

3. RELAÇÕES COM O ADVERSÁRIO. DA PRESSÃO AO ACTO DE FORÇA

O colectivo de trabalhadores recusa inicialmente formas de luta que definiam, por assim dizer, dois modelos extremos de relações com o adversário patronal: num extremo, a simples petição escrita que correspondia, no essencial, a depositar ou a remeter «para quem de direito» (administração ou Governo) a resolução do conflito; noutra, a organização de piquetes nos estaleiros, que correspondia a impor directamente e pela força a exigência do saneamento⁵⁶.

Por razões que teriam a ver com a relação de forças interna e externa à Lisnave e com o carácter pouco negociável do saneamento, os delegados vão privilegiar uma prática de luta de tipo pontual e delimitada no tempo — a manifestação de rua —, que, envolvendo e implicando uma importante mobilização da base operária, não corra, porém, o risco de provocar o isolamento ou o desgaste e a divisão interna. Ela decorreria assim, ao mesmo tempo, da pouca força que o grupo operário inicialmente dispõe⁵⁷ e do carácter inegociável do saneamento.

Mas, ao adoptar esta forma de luta, há o cuidado de a situar numa espécie de processo de «negociação»: a manifestação será anunciada com um prazo de 15 dias; o caderno de acusações será entregue à administração e ao Ministério do Trabalho, bem como aos visados, a quem é reconhecido o direito de resposta; as várias assembleias gerais, realizadas fora do tempo de trabalho, vão ser acompanhadas de diligências e contactos com a administração e entidades governamentais; a manifestação só se efectiva quando, findo o prazo, os resultados das conversações são considerados não satisfatórios⁵⁸.

⁵⁶ «[...] Não era só a expressão 'piquete', mas 'piquete com ferros, cantoneiras' [...]» (Entrevista com encarregado-geral.)

⁵⁷ A simples petição já mostrara a sua ineficácia. Mas os piquetes, que correspondiam, na prática, a ocupar os estaleiros, exigiam à partida um nível de activação da base muito superior ao que então existia (veja-se, por exemplo, a fraca afluência de trabalhadores às primeiras assembleias gerais), bem como um forte consenso sobre este tipo de prática, o que estava igualmente fora de causa. E havia ainda o recente exemplo da TAP, cujo desfecho tenderia a excluir, naquele momento, a adopção de formas de luta mais radicais ou violentas.

⁵⁸ Cfr. acta da assembleia geral de trabalhadores de 15 de Agosto, em que se afirma terem sido recusados o «sistema de recolha de assinaturas», o «sistema de piquetes» e o «sistema de manifestação» (no sentido de manifestação simples, sem diligências prévias ou concessão de prazo).

Entre práticas que apontavam para um hipotético «diálogo» e resolução pacífica do conflito e práticas que instauravam relações de oposição abertamente antagonistas, a acção operária vai assim organizar-se segundo um modelo de relações em que o poder do adversário é de algum modo reconhecido, tratando-se de sobre ele exercer, directa ou indirectamente, o máximo de pressões⁵⁹. Apela-se, aliás, desde o início para a intervenção do poder político, na convicção de que este deve e pode impor o que os trabalhadores, por si sós, não sentem força e (ou) legitimidade para fazer⁶⁰.

Digamos que, num primeiro momento, delegados e trabalhadores privilegiam formas «legais» de resolução do conflito⁶¹: a própria manifestação aparece como último recurso — ela efectiva-se, como os próprios trabalhadores virão a afirmar mais tarde, depois de terem «esgotado todos os contactos com as entidades responsáveis sem qualquer resposta ou resultado positivo»⁶².

A atitude intransigente da administração da Lisnave, bem como as medidas dilatórias do Governo, que se conjugam, aliás, com uma crescente mobilização dos operários da Margueira, acabam por introduzir alterações importantes no comportamento operário.

Se a administração da Lisnave recebe o caderno de acusações e toma conhecimento do teor da proposta aprovada em assembleia geral de trabalhadores, ela não reconhecerá qualquer fundamento às acusações e exigências apresentadas nem legitimidade aos operários para intervirem num domínio que cabe, por inteiro, aos accionistas e à administração da empresa. Ela não tomará, porém, quaisquer medidas contra a manifestação, mantendo-se numa atitude de expectativa. No próprio dia 12, enquanto vemos na Rocha um dos seus directores procurar demover os operários de participar na manifestação, na Margueira, a direcção como que não existe. O Ministério do Trabalho, por sua vez, limitar-se-á a declarar, ao longo dos vários encontros, não ter poderes para intervir nos casos em que o saneamento implique o afastamento total da empresa, os quais só poderiam ser resolvidos ao nível do Governo. Este só se pronunciará, no entanto, na véspera da manifestação. Em reunião realizada a 11, o Conselho de Ministros promete elaborar legislação aplicável a todos os casos de saneamento, na base da qual deverá ser apreciado e tratado o caso particular da Lisnave.

Esta resposta será considerada insatisfatória e uma forma de protelar a questão sem que aos trabalhadores sejam dadas, em contrapartida, quaisquer garantias. A iniciativa da manifestação será, pois, mantida. Ela dirige-se agora abertamente ao poder. Ela apresenta-se, por um lado, como resposta à atitude dilatória do Governo no que se refere ao saneamento

⁵⁹ Este reconhecimento é relativo, dada a natureza do que se reivindica. A exigência do saneamento de um administrador é, por si só, uma interferência directa no poder patronal.

⁶⁰ Quando dizemos que os trabalhadores não sentem legitimidade, não nos referimos à reivindicação do saneamento, que era algo considerado legítimo, mas ao tipo de acções a desenvolver.

⁶¹ Formas «legais» é uma força de expressão, pois mesmo o facto de os trabalhadores recorrerem ao Estado não significa que este pudesse, legalmente, intervir ou exigir a substituição de um administrador de uma empresa privada.

⁶² *In* «Comunicado dos trabalhadores da Lisnave à população» de 11 de Setembro de 1974.

e, por outro lado, como forma de protesto contra a sua política antioperária, concretamente, a lei da greve.

Definindo uma posição crítica perante o Governo e as Forças Armadas, esta não se formula, no entanto, em termos radicais ou de ruptura. A natureza do poder é posta entre parênteses. Reconhecidos e aceites, embora sob certas condições, os critérios que regem o apoio que se lhes presta ou a oposição que se lhes declara são critérios pragmáticos. Exige-se ao Governo (e às Forças Armadas) que garanta as liberdades operárias, e que não as restrinja, que proteja os operários, e não os capitalistas, que «esteja com as classes oprimidas e exploradas contra as classes opressoras e exploradoras»⁶³. A uma posição que, pelo menos ao nível tático, coloca o movimento operário na subordinação do Governo e das Forças Armadas, veiculada pelo PCP, os líderes da manifestação contrapõem uma posição mais crítica e independente.

Mas, enquanto, na fase inicial, há a preocupação de respeitar um certo número de regras — prazo, pré-aviso, deposição do caderno de acusações, assembleias fora do horário de trabalho —, agora entra-se aberta e voluntariamente na transgressão, não se subordinando à legalidade. A manifestação far-se-á quando e como os operários querem, e não segundo o que a lei determina. O que vai estar em jogo já não é apenas a exigência do saneamento ou a denúncia das leis que restringem os direitos operários, mas a própria prática da manifestação: para além de constituir um apelo à generalização daquelas palavras de ordem, ela constitui um desafio ao poder e o primeiro exemplo de não acatamento das leis recentemente promulgadas.

Perante a ameaça de alastramento a outras empresas e perante o desafio que a sua efectivação contém, o poder reage tomando medidas directamente repressivas: a manifestação é formalmente proibida⁶⁴ e forças do COPCON cercam com enorme aparato os estaleiros da Margueira.

Mas nem as medidas dissuasoras anteriores e posteriores à sua interdição, nem as medidas repressivas alteram o comportamento dos operários da Margueira.

A condenação do PCP, que visava mais a manifestação e a denúncia da lei da greve que através dela se fazia, do que a luta pelo saneamento, não consegue alterar a disposição de uma parte importante dos operários deste estaleiro⁶⁵. Tal como o não conseguirá, na própria manhã de 12,

⁶³ In «Comunicado dos trabalhadores da Lisnave à população, cit. Nele se afirma: «[...] estamos com todas as leis e medidas do Governo Provisório que forem ao encontro do alargamento das liberdades dos trabalhadores e dos povos que o colonialismo português explora e oprime [...] não estamos com o Governo quando promulga leis antioperárias, restritivas à luta dos trabalhadores contra a exploração capitalista [...] estamos com as Forças Armadas sempre que estas estejam com as classes oprimidas e exploradas contra as classes opressoras e exploradoras.»

⁶⁴ Com base no argumento de que se trata de uma «fracção reduzida do pessoal dos estaleiros da Margueira» e de que a manifestação se afasta do «correcto uso das liberdades cívicas e da disciplina social» e ainda de que «é lesiva da economia nacional», o Governo, através do Ministério da Administração Interna, declara, na madrugada de 12, a manifestação ilegal. (Cfr. *Jornal de Notícias e República* de 12 de Setembro de 1974.)

⁶⁵ Lendo o jornal *Avante* da altura, é nítido que o PCP privilegia o saneamento no aparelho de Estado. Mas não deixamos de encontrar aqui e além reportagens sobre acções de saneamento numa ou noutra empresa (por exemplo, ITT, Socel...), em que os argumentos utilizados são, aliás, idênticos aos utilizados pelos operários da Lisnave.

uma delegação do MFA que se desloca a Almada a fim de propor o adiamento da manifestação para um sábado. Aceitando que esta se venha a realizar, exigem, porém, que a lei seja respeitada num dos seus pontos principais: não colidir com o tempo de trabalho. Se os delegados aceitam discutir com os representantes do MFA e se aceitam que um dos militares apresente directamente aos trabalhadores a proposta de adiamento, a posição dos delegados e da maioria dos operários mantém-se contudo inalterada.

As próprias forças militares que cercam os estaleiros, compostas, em grande medida, por soldados não profissionais e, por esse facto, mais vulneráveis do que as tradicionais forças de manutenção da ordem, vão mostrar-se pouco dispostas a reprimir e vão ser facilmente neutralizadas pelos operários. E mesmo os oficiais vão declarar-se vencidos e permitir que a manifestação se realize.

O conflito que inicialmente opunha operários e administração da Lisnave vai transformar-se num conflito em que os actores principais passam a ser os operários e os órgãos do poder político-militar. O que passa a estar em jogo já não é apenas a exigência do saneamento, mas a própria legalidade. De posições relativamente dialogantes, os operários passam a posições de força. A manifestação não se discute, força-se e impõe-se. Ela deixa de ser um mero instrumento de pressão para ser, em si mesma, um acto de força, acto este que se dirige directamente contra o poder.

4. A MANIFESTAÇÃO E SUA SIGNIFICAÇÃO

4.1 O CARÁCTER CLASSISTA E DEMONSTRATIVO DA MANIFESTAÇÃO DE RUA

A fim de garantir popularidade e de conquistar apoios e aliados na sua descida à rua, os delegados haviam antecedido a manifestação de contactos com comissões de trabalhadores de outras empresas e de um comunicado dirigido à população da cidade explicando as razões da sua luta. Embora sem êxito (e à última hora), chegam a propor à comissão de trabalhadores da TAP a sua integração em massa nesta manifestação. Mas, se nela chegam a participar operários de outras empresas, nomeadamente da Eni, Setenave, Efacec-Inel, CTT e da própria TAP, trata-se, na prática, de adesões pontuais e pouco significativas, que não chegam para alterar o carácter particular da manifestação, que vai ter essencialmente como base os operários da Margueira ⁶⁶.

Anunciada em quase todos os jornais diários, estes darão, no entanto, maior destaque ao comunicado do PCP e às posições governamentais do

Embora a condenação tenha a ver com o modo como este Partido concebe a sua relação com o movimento de massas, ela tem a ver com a sua posição táctica e com o movimento político de então. Era uma altura em que algo importante se jogava ao nível militar — o problema da descolonização e, a seu propósito, a crescente clivagem entre a «corrente spinolista» e a «corrente MFA» —, e tudo o que viesse ameaçar ou perturbar esse jogo encontraria inevitavelmente a oposição frontal do PCP.

⁶⁶ Na descrição da manifestação inspirámo-nos sobretudo na obra de Michelle Perrot *Les ouvriers en grève (France 1871-1890)*, nomeadamente no capítulo «La vie collective des grévistes. Le geste: manifestations et violences», Ed. Mouton, 1973, pp. 547-568.

que às dos delegados e trabalhadores da Margueira ⁶⁷. Digamos que, antes de se realizar, ela será mais conhecida pelos ataques que sofre do que pela razão que lhe assiste. É, pois, o desfile dos operários pelas ruas da cidade, em nítido contraste com alguns dos argumentos que haviam estado na base da sua condenação e interdição — «fracção minoritária» ou «fracção reduzida do pessoal» —, bem como a postura e disciplina dos manifestantes, que vão fazer realçar a sua importância aos olhos da imprensa e da opinião pública.

Minuciosamente preparada e organizada pelos delegados, a manifestação conhece uma afluência significativa de operários da Margueira. Embora seja difícil definir com rigor o número de manifestantes, eles terão andado à volta de 4000 trabalhadores ⁶⁸, o que corresponde, para o conjunto da Lisnave, a uma taxa de participação um pouco superior a 60 % ⁶⁹. É, aliás, uma mobilização maciça que os delegados visam ao situar a manifestação dentro do horário normal de trabalho e ao dar extrema atenção aos seus aspectos organizativos, materiais e técnicos. Constituindo a manifestação, por natureza, uma afirmação de força que visa pressionar a administração e sobretudo os poderes públicos, o factor número adquire capital importância. Ele é, por assim dizer, o elemento que assegura a sua eficácia e a sua capacidade de convencer ou pressionar.

Entre as duas formas que toda a manifestação combina, ela será, no entanto, mais desfile do que concentração. Partindo organizadamente de cada local de trabalho, os operários reúnem-se no pátio fronteiriço ao edifício central da Margueira, a fim de, em plenário, ratificar a manifestação; forçada a saída dos estaleiros, os operários percorrem, ao longo de seis horas, algumas das ruas e praças mais populosas da cidade, apenas com uma curta paragem/concentração frente ao Ministério do Trabalho ⁷⁰. A hora a que se realiza, os locais por onde passa, a preocupação em percorrer o máximo de ruas da cidade, em vez de se fixar num lugar, definem-lhe à partida, este outro objectivo — o de difundir e generalizar a trabalhadores de outras empresas e outras categorias sociais os seus objectivos e as suas palavras de ordem.

⁶⁷ O *Diário Popular* será o único a dar relevo às posições dos manifestantes, transcrevendo, na sua edição de 11, uma parte importante do seu comunicado. Em contrapartida, o *Diário de Lisboa* silenciará por completo os acontecimentos; em nenhuma das suas edições os noticia ou se lhes refere.

⁶⁸ Ele varia naturalmente segundo as fontes. Os delegados, no comunicado posterior à manifestação, não fazem qualquer referência ao número de manifestantes. A imprensa política de extrema esquerda avança números que oscilam entre os 6000 e os 7000 trabalhadores. Por sua vez, vários jornais da imprensa diária confirmam «o elevado número de manifestantes». Mas só o *Diário de Notícias* dá dados mais concretos: «4000 operários e algumas centenas de empregados.» Os números referidos nas entrevistas que realizámos — 3500, 4000 e 5000 — levam-nos a pensar que o cálculo dos 4000 é o que estará mais próximo do número real.

⁶⁹ Esta percentagem foi calculada com base nos efectivos de Agosto (8517) e partindo de que se encontra afastado da Lisnave, em férias, doente, sinistrado ou a prestar serviço militar, número idêntico ao registado no mês de Agosto (2129), o que totaliza 6388 manifestantes possíveis.

⁷⁰ Marcada para as 15 horas, a manifestação acaba por sair às 17,20 e termina à meia-noite, à entrada da Margueira, tendo feito o seguinte trajecto: Cais do Sodré, Praça do Comércio, Rua da Prata, Praça da Figueira, Martim Moniz, Avenida Almirante Reis, Praça do Chile, Avenida Guerra Junqueiro e Praça de Londres. Após pequeno *meeting*, a manifestação volta a percorrer as mesmas ruas e praças até ao estaleiro da Margueira.

Definindo-se mais pelo movimento do que pela fixação num lugar, ela define-se ainda pelo seu carácter marcadamente classista. Através do grito insistentemente repetido «Viva a classe operária», com o «macaco sujo de ferro» e o capacete de segurança, é a pertença à classe operária, é a imagem do trabalhador manual no que mais visivelmente o define — o vestuário de trabalho —, o que os operários afirmam e reivindicam. Apresentando-se como diferentes, é a própria diferença que assumem.

Enquadrada e dirigida centralmente por uma comissão de delegados, a manifestação obedece a regras estritas que introduzem uma certa ordem e hierarquia: arrumados por secções de trabalho e em filas de sete, os manifestantes devem manter os seus lugares iniciais e não abandonar o corpo do desfile; as directivas e as palavras de ordem emitidas exclusivamente por um comité que encabeça a manifestação são transmitidas aos manifestantes pelos delegados do serviço de ordem, uns e outros devidamente identificados; as palavras de ordem são estritamente as definidas e só podem ser gritadas segundo a ordem porque são lançadas a partir da cabeça da manifestação; aberta a trabalhadores de outras empresas ou a elementos da população que nela se queiram incorporar, estes formam um corpo à parte que segue na cauda do desfile⁷¹.

Centralizada e fortemente organizada, com lugares fixos e funções bem determinadas, a manifestação caracteriza-se por uma certa rigidez interna, que a própria marcha em passo acelerado e o seu carácter de movimento lhe impõem. Rigorosamente programada, ela não favorece qualquer tipo de espontaneidade ou de criatividade no gesto e na palavra. Ela obedece a uma preocupação dominante: a de criar e transmitir, através da organização e disciplina, uma imagem de força, de grupo fortemente homogéneo e coeso.

É certo que a organização e a disciplina internas jogam igualmente como forma de pressionar e controlar a base. A formação de piquetes nas secções, o marcarem-se estas como ponto de arranque para a assembleia, o próprio critério de arrumação dos operários no corpo do desfile, a centralização do directivas, jogam em sentido duplo: reforçam a unidade e identificação do grupo mas são igualmente uma forma de os líderes pressionarem e controlarem a base. Os indecisos são levados a definir-se; as ausências individuais ou as secções mal representadas são facilmente assinaláveis; os desvios de orientação ou os hipotéticos dissidentes mais facilmente contidos e integrados.

Não tanto no sentido de pressionar, mas mais no de penalizar os não manifestantes, o plano de organização da manifestação chega a prever a

⁷¹ Ela inspira-se de algum modo no modelo militar que as descrições ou críticas que ela suscita parecem ilustrar: «pelotões», «batalhão de aço», «exército de operários», «organização militar da classe operária»; «era militar porque era uma disciplina [...] o facto de formar a 7, o não se abandonar, de não sair [...] Aquilo é um transpor para uma manifestação operária o carácter de uma marcha militar. Era o que os m.-l. diziam: os trabalhadores mostram aqui à burguesia que são capazes de se organizar como um verdadeiro exército, quando a malta levava as mãos vazias, o que é terrivelmente alienatório: é dar à classe a impressão de que é com essas armas que a malta vence.» Apesar de as expressões acima referidas poderem ter que ver com uma simbologia bolchevique e de a crítica ser de algum modo ambígua, umas e outra dizem, no entanto, algo da marca e imagem que a manifestação deixou. (Cfr. *Voz do Estaleiro*, de Setembro, e jornal *Causa Operária*, n.º 1, entrevista com um operário montador.)

formação de piquetes nas secções e portaria durante o tempo do desfile ⁷². Se um dos objectivos era garantir a segurança das instalações e do equipamento, outro era sancionar os trabalhadores que não haviam aderido à manifestação, impedindo-os de abandonar os estaleiros, enquanto a manifestação decorre.

Mas nem estes piquetes chegam a existir, nem aquelas formas de pressão degeneraram em intimidação, como a célula do PCP a dada altura pretendeu.

Triunfantes e combativos tanto quanto organizados e disciplinados, os manifestantes em momento algum dão mostras de qualquer violência. Desafiando condenações e transgredindo proibições, há, no entanto, uma contenção expressa, uma preocupação evidente em impedir todo e qualquer incidente que possa desacreditar a manifestação. Já na fase preparatória, vemos os delegados respeitar as normas estabelecidas quanto ao horário de realização dos plenários, evitando qualquer perturbação no ritmo normal de trabalho. Se durante a assembleia é impossível conter as vaias e assobios que operários dirigem ao militar que então toma a palavra ⁷³, à saída dos estaleiros, quando estes se encontram cercados por forças do COPCON, vemos o cuidado extremo com que se procura evitar qualquer forma de hostilidade e, por maioria de razão, qualquer pretexto de confronto. Procura-se antes neutralizar os oficiais, bem como conquistar a solidariedade e o apoio dos soldados, quer relembrando o que de comum os liga, quer interpelando para que não ergam as armas contra os trabalhadores ⁷⁴. E, ao longo de todo o trajecto, a mesma constante: vitoriosa, agressiva, em tom de desafio, ela procura igualmente dar uma imagem de responsabilidade e mesmo de civismo (o silêncio junto dos hospitais). Ela procura convencer sem atemorizar. Ela procura apresentar-se, de algum modo, como exemplar.

Mas a importância dada a estes aspectos não constituiria apenas uma forma de conquistar a simpatia da população da cidade nem corresponderia a um simples fenómeno de assimilação ou cópia dos valores dominantes da burguesia. Ao substituir o fato domingueiro pelo fato de trabalho, os operários haviam afirmado e assumido o que os distingue e separa dos burgueses. Através da disciplina e da ordem que imprimem à manifestação e do sentido de responsabilidade e civismo que demonstram, os operários

⁷² Estes piquetes seriam formados por operários idosos ou deficientes que não pudessem participar na manifestação.

⁷³ «[...] Eles [os representantes do MFA] pediram para que um deles falasse ao pessoal. A gente disse: 'Sim senhor, vocês podem falar ao pessoal, à vontade' [...] Um deles falou e foi assobiado. Começou a falar das rendas e do custo de vida [...] A malta saltou-lhe logo em cima.» (Entrevista colectiva, fala um montador.)

⁷⁴ «[...] À 5.20 da tarde partimos em manifestação e a meio do estaleiro deparamos com a companhia de fuzileiros e três chaimites, que nos barraram o caminho. Parámos aí e começámos a gritar: 'Os soldados são filhos do povo', 'Os soldados são ou serão operários'. Nesse momento houve fuzileiros que começaram a chorar e o comandante, perante isto, mandou abrir a passagem.» (Jornal *Revolução* de 21 de Setembro de 1974.)

«[...] Chegada a hora, aquela torrente humana avançou como uma locomotiva aos gritos de 'Os soldados são filhos dos trabalhadores', 'Os soldados amanhã serão operários', 'As armas dos soldados não se viram contra os trabalhadores'. O comandante percebeu logo que não estávamos para cumprir as suas ordens, mas sim para apoiar os operários. Não nos disseram nada. Os nossos braços estavam baixados e alguns camaradas choravam de revolta por nos obrigarem a fazer de polícia de choque.» (*Causa Operária*, n.º 1.)

respondem à imagem paternalista e negativa que deles tem e faz a classe dominante⁷⁵. Mas estes elementos jogam ainda como factor de coesão interna, de afirmação de dignidade e de demonstração de força colectiva.

Terminado o desfile na noite de 12 com a dispersão dos manifestantes à entrada dos estaleiros da Margueira, o trabalho volta, por completo, à normalidade na manhã de 13. O primeiro plenário só se realiza nove dias depois e, apesar de a afluência ser ainda relativamente importante (800 trabalhadores)⁷⁶, dele apenas sairá um comunicado de crítica ao modo como alguns órgãos de informação e os poderes públicos se referiram ao conflito e à manifestação.

O discurso militante é agora mais radical e mais político, contrastando, de algum modo, com uma não menor incapacidade, quer em definir novas formas de luta em torno do problema específico do saneamento, que se encontrava por resolver, quer em definir concretamente novos objectivos e perspectivas à acção operária.

A célula do PCP, que retoma o tema do saneamento, não fará mais do que repetir a palavra de ordem com que se havia oposto à manifestação: «Há que exigir o saneamento àqueles que realmente o entram: a administração.»⁷⁷ Mas o contraste é mais visível sobretudo no caso dos militantes que lideraram a manifestação. Estes nada mais propõem do que a tarefa genérica de «organizar e politizar os operários na luta contra todo o tipo de exploração»⁷⁸, tarefa esta a que as diferentes correntes políticas dentro da Lisnave vão, por sua vez, dar conteúdos e sentidos diversos⁷⁹.

A manifestação surge assim, na prática, como o culminar de um processo que, em grande medida se esgota, no próprio gesto de sair à rua.

4.2 SIGNIFICAÇÃO DA MANIFESTAÇÃO E DISCURSO MILITANTE

A manifestação dos operários da Margueira tem, como qualquer forma de luta, uma função instrumental: ela procura, por um lado, alterar o comportamento da administração e dos poderes públicos no que se refere ao problema do saneamento e, por outro, generalizar a trabalhadores de

⁷⁵ Para a classe dominante, os operários são ingénuos ou ignorantes, plenos de civismo e de dedicação sempre que submissos e obedientes; massa aventureira, irresponsável, desordeira, em suma, classe perigosa sempre que, de um ou de outro modo, recusam e contestam o lugar que a classe dominante lhes destina. Curiosamente, esta imagem paternalista ver-se-á de algum modo reforçada por certas posições assumidas pelo PCP, para quem os operários da Margueira são uma «massa bem intencionada» que se deixa desviar do bom caminho por um grupo de «aventureiros e irresponsáveis». (Cfr. 2.º comunicado da célula do PCP da Lisnave, de 21 de Setembro de 1974.)

⁷⁶ Cfr. 2.º comunicado da célula do PCP da Lisnave/Margueira, de 21 de Setembro de 1974.

⁷⁷ Id.

⁷⁸ 2.º comunicado dos trabalhadores da Lisnave à população, cit.

⁷⁹ Afirma-se a necessidade de «uma organização própria da classe operária» que «guie» as lutas das fábricas e permita «quebrar» o seu isolamento (cfr. 2.º comunicado dos trabalhadores da Lisnave, cit.). Mas, enquanto, por exemplo, para os militantes m.-l., a referida organização «apenas pode ser um partido da classe operária com os melhores elementos dessa classe na sua vanguarda» (cfr. *Voz do Estaleiro*, suplemento, de Setembro de 1974), para os militantes do PRP parece tratar-se sobretudo de reforçar a estrutura de delegados e de privilegiar, porque «mais mobilizadora e mais correcta», a prática de assembleia geral de trabalhadores (cfr. artigo citado no jornal *Revolução* cit.).

outras empresas e a outras categorias sociais as suas palavras de ordem, nomeadamente as que se referem à lei da greve.

Vimos como estes dois objectivos se encontram, por assim dizer, inscritos nas próprias formas e características que a manifestação assume, bem como nos lugares que privilegia. O rigor com que é preparada e organizada — até ao último detalhe e até ao nível dos locais de trabalho — e o próprio facto de se situar dentro do funcionamento normal dos estaleiros visam, antes de mais, a participação do maior número, condição indispensável para que a manifestação constitua um instrumento de pressão eficaz. Por sua vez, as ruas e praças que percorre, bem como o facto de ser mais desfile do que concentração, respondem a este outro objectivo, o de transmitir e difundir as suas palavras de ordem.

Apesar de a manifestação ter constituído uma importante mobilização operária, ela não irá produzir, só por si, resultados imediatos no que se refere à satisfação do saneamento, tornando-se praticamente impossível avaliar o papel efectivo que desempenhou na generalização das críticas à lei da greve⁸⁰.

É certo que a administração da Lisnave acaba por ceder, ainda que parcialmente, às exigências operárias: a 7 de Outubro, o administrador-delegado torna público o seu pedido de exoneração e a 8, o conselho de administração informa, em comunicado dirigido aos trabalhadores, aceitar o seu afastamento provisório da empresa⁸¹; alguns dias mais tarde, os restantes elementos serão, por sua vez, transferidos para outras empresas do grupo CUF.

Se atentarmos, porém, na data, verificamos que a administração cede exactamente alguns dias após o 28 de Setembro. Isto é, só as alterações políticas e a nova correlação de forças a nível mais geral teriam permitido que a manifestação produzisse resultados neste domínio. Mas, se a nova conjuntura política parece ter jogado papel determinante na cedência patronal, esta não foi menos condicionada, nomeadamente no que se refere ao afastamento do administrador-delegado, pela mobilização e demonstração de força que a manifestação constituiu. Quanto mais não seja porque, com a nova conjuntura, a questão do saneamento, alimentada pelo sucesso da manifestação, teria todas as possibilidades de vir a ser objecto de uma nova ofensiva operária em escalada.

Poderíamos talvez dizer que, sem o 28 de Setembro, os operários seriam obrigados a recorrer a acções mais duras para impor o saneamento. Em contrapartida, se a manifestação não tivesse sido realizada ou se tivesse sido apenas uma acção minoritária, é de crer que o 28 de Setembro não bastasse para provocar o afastamento do administrador-delegado.

Digamos que a manifestação só se torna eficaz quando muda a conjuntura política nacional, mas esta só actua sobre as decisões patronais porque exactamente a manifestação foi uma vitória operária.

⁸⁰ Pelo simples facto de esta lei ter caducado, na prática, após o 28 de Setembro. Embora a revogação propriamente dita da lei da greve tenha tardado alguns anos, ela deixou ou não chegou sequer a vigorar: ninguém a respeita e ninguém, ao nível dos órgãos do poder, está disposto a defendê-la ou a fazê-la cumprir.

⁸¹ O conselho de administração acentua que as acusações feitas ao Eng.º Perestrelo «não têm fundamento nem são, em qualquer circunstância, justificativas do seu afastamento» e que só a sua «posição irrevogável» leva aquele conselho a aceitar o pedido de demissão.

A manifestação provoca ainda uma mudança na relação de forças internas e externas à empresa: os manifestantes organizam-se a si próprios; substituem, na sua saída à rua, o trabalho pelo não trabalho; ocupam um espaço que fora interdito e, ao fazê-lo, transgridem as normas que regem o exercício do direito de manifestação; contrapõem à «força das armas» a força do número e obrigam o poder a recuar⁸². Esta mudança é, contudo, provisória e momentânea. Ela dura apenas o tempo em que decorre a manifestação. Na manhã de 13, o trabalho volta por completo à normalidade e não se vislumbram novas acções, nomeadamente em torno do saneamento.

Mas a manifestação e, sobretudo, o processo de saneamento vão produzir, a prazo e de forma mediatizada, alguns efeitos sobre as relações de poder dentro da empresa. Os acontecimentos do 28 de Setembro e as alterações políticas deles decorrentes não permitem falar destes efeitos como se eles tivessem decorrido directa e exclusivamente da acção operária. Tanto mais que, na sua sequência, a Lisnave conhece os primeiros sintomas sérios de crise económica. Embora a informação de que dispomos não permita definir com rigor como é que a acção operária (processo de saneamento e manifestação) e a nova conjuntura política se articulam, parece evidente que ambas estiveram presentes, nomeadamente, na satisfação do saneamento e em alterações das relações de poder na empresa. Alguns dos militantes entrevistados apontam como consequência do processo de saneamento (mais, aliás, do que como consequência da manifestação), por um lado, o diferente comportamento da chefia directa, que se torna menos repressiva⁸³, e, por outro, o agravamento da diluição das responsabilidades e da autoridade a todos os níveis da hierarquia; e, ao mesmo tempo que a estrutura de delegados tende a alargar a sua área de intervenção (caso, como veremos noutra parte deste trabalho, dos inquéritos ao funcionamento dos estaleiros), acentuam-se e agravam-se as clivagens, não só entre o grupo operário e os restantes grupos profissionais (gestores, técnicos, chefes e trabalhadores administrativos), como no interior do próprio grupo operário⁸⁴.

⁸² Sobre a significação das formas de luta, concretamente a greve e o sequestro, ver Claude Durand e Pierre Dubois, *La grève*, ed. A. Colin, 1975, e Pierre Dubois, «La séquestration», in *Sociologie du Travail*, 4-73, pp. 410-427.

⁸³ «[...] Creio que as relações com a chefia directa se alteraram, no sentido em que determinada chefia que era, chamemos-lhe assim, o 'chicote de patrão', entrou nos eixos [...] Houve uma alteração das relações que ainda hoje se nota, embora nem tudo fosse alterado. Mas as relações entre a massa operária e a chefia mudaram. Pelo menos no nosso sector, isso foi evidente.» (Entrevista, fala um operário montador.)

⁸⁴ «[...] Alguns militantes radicalizam a posição que leva ao afastamento do sector administrativo do sector operário e que cava, digamos, uma grande barreira dentro dos sectores da Lisnave [...] É com o processo de saneamento que começa a desagregação. Chefia, gestores, administradores, vão-se desagregando perante o agudizar daquele processo vertiginoso em que as pessoas perdem o pé e que se vem a acentuar mais tarde, em Janeiro, com todo aquele processo que vai provocar operários produtivos de um lado e não produtivos do outro (referência à exclusão dos administrativos do caderno reivindicativo sobre o novo leque salarial). Um operário que era ferramenteiro já não era lá muito... o gajo que estava lá em cima no guindaste também já não era operário. Ali os operários puros eram só os da *marreta* e do *alicate*, o gajo sujo [...]» (Entrevista, fala um encarregado-geral.)

«[...] Enquanto para os militantes PC até os chefes eram operários, fazendo, como diziam os comunicados da UDP, a política da caldeirada de classes, os militantes UDP faziam a política do operário puro, genuíno [...]» (Entrevista, fala um montador.)

A par desta função instrumental, a manifestação vai ter uma função expressiva. Digamos mesmo que a sua importância está mais naquilo que exprime e revela do que nas mudanças que, em si mesma, provoca. Ela exprime, em primeiro lugar, o consenso que o saneamento e a manifestação reúnem e, em segundo, a força e a combatividade do grupo operário. Este efeito demonstrativo jogará, aliás, tanto no sentido de revelar ao patronato, à opinião pública e ao poder o consenso e a força de que o grupo operário dispõe, como no de revelar aos operários a sua própria força ⁸⁵.

Ela obriga igualmente o poder político a definir-se ⁸⁶. Através da resistência que provoca e das medidas repressivas que suscita, ela revela as suas intenções e as relações de poder existentes; através da neutralização e da passividade das forças repressivas, ela revela ainda a fraqueza do aparelho de Estado, bem como as contradições que atravessam os próprios centros do poder político e militar.

Algumas características do desfile já apontadas — a organização e a disciplina, o fato de trabalho, a arrumação e postura dos operários, o tom combativo — conferem-lhe igualmente esta função demonstrativa.

O carácter inegociável do saneamento leva, como vimos, o grupo operário a definir como interlocutor privilegiado os órgãos do poder. Não podendo ser resolvido dentro da empresa — o grupo operário não tem força para impor o saneamento e a administração tem ainda força suficiente para não negociar e não ceder no que considera uma intromissão abusiva dos operários —, o conflito tende inevitavelmente a invadir um outro espaço (a rua) e a nomear um outro lugar para a sua resolução (o lugar do poder político). A manifestação tende assim a adquirir significação política. Mas ela não surge apenas como resposta às medidas dilatórias de um interlocutor (Governo e Forças Armadas) que a inegociabilidade das reivindicações levou a privilegiar. Ao definir como terreno de luta as leis recentemente promulgadas e ao transgredir algumas dessas normas, os operários batem-se igualmente contra a prevalência dos interesses dominantes que através e nessas leis o poder político procura instituir.

De um modo geral, os militantes que desempenham o papel de líderes são unânimes, na altura, em considerar a manifestação uma vitória, mesmo quando os resultados não eram ainda todos visíveis ⁸⁷. Mais tarde, quando

⁸⁵ A Lisnave passará a servir como ponto de referência e como símbolo, não apenas para as organizações de extrema esquerda, mas também para uma parte importante dos trabalhadores da cintura industrial de Lisboa. Algumas das manifestações que se realizam tendem a copiar o seu «estilo». E a simples adesão dos trabalhadores da Lisnave passa a ter força de arrastamento junto de delegados e trabalhadores de outras empresas. Concretamente, a manifestação do 28 de Setembro, por exemplo, organizada pela Interempresas (órgão coordenador de CT que reuniu cerca de três dezenas de empresas entre Agosto de 1974 e Março de 1975) só é decidida quando os dois delegados da Lisnave garantem a adesão dos trabalhadores daqueles estaleiros.

⁸⁶ O objectivo, se não de desmascarar, pelo menos de obrigar os militares a definirem-se, é anterior à manifestação e é patente nas palavras que um dos militantes dirige aos representantes do MFA na manhã de 12: «[...] vocês, neste momento, dizem a toda a gente para quem é que fizeram o 25 de Abril e deixam de enganar o pessoal. Se vocês fizeram o 25 de Abril para a classe operária e para os pobres deste país, põem-se dum lado; se fizeram o 25 de Abril para a recuperação e para a burguesia, desmascaram-se.» (Entrevista colectiva, fala um operário montador.)

⁸⁷ Referimo-nos a documentos escritos anteriores às concessões patronais: um segundo comunicado dos trabalhadores da Lisnave dirigido à população e aprovado na ACT de 21 de Setembro; o suplemento da *Voz do Estaleiro* de Setembro (corrente

das entrevistas, alguns desses militantes vão ser, no entanto, menos optimistas. De qualquer modo, e ainda que o saneamento venha a ser apontado como uma conquista operária e como resultado da manifestação, não é este o aspecto que os militantes mais valorizam no balanço que fazem. Pelo menos, logo a seguir à manifestação pouco se fala da sua ineficácia⁸⁸. Esta é sobretudo avaliada, quer na altura quer posteriormente, em termos de relações de força e em termos políticos⁸⁹.

À excepção dos militantes da célula do PCP, para quem a manifestação foi um «erro político», todos os outros (nomeadamente m.-l. e PRP) a definem quer como demonstração de força em relação ao Governo e forças militares — força esta que é citada como estando na origem do seu recuo⁹⁰ —, quer como manifestação da identidade do grupo operário — todos acentuam, por exemplo, o consenso e a forte participação, bem como a firmeza e a dureza com que os operários mantêm as suas decisões —, quer ainda como algo que permitiu revelar aos trabalhadores a sua própria força⁹¹.

Mas a manifestação irá servir igualmente de pretexto aos militantes para denunciar a prática autoritária e repressiva do patronato, afirmar a oposição irreductível entre as classes, pôr em causa a natureza de classe do poder, e já não apenas a sua «inércia» ou a sua «política antioperária».

Isto é, o discurso militante procura então assinalar e explicitar o que a manifestação de algum modo já havia revelado.

m.-l.); artigos de ou entrevistas a militantes da Lisnave publicadas em jornais políticos, concretamente jornal *Revolução* de 21 de Setembro e *Causa Operária*, n.º 1.

⁸⁸ Há, no entanto, referências nas entrevistas ao facto de alguns militantes PC terem ficado, na altura, decepcionados: «[...] vejamos a manifestação não deu nada [...] Manifestámos, fomos para a rua, mas o que é que se fez para o homem cá não entrar, ele e os outros?» (Entrevista, fala um montador.) Mas esta crítica tanto aponta para a sua ineficácia como para a sua insuficiência.

⁸⁹ Alguns dos militantes que entrevistámos e que são agora menos optimistas vão acentuar positivamente o valor político da manifestação (no sentido do que ela revelou) e, negativamente, referindo-se-lhe em termos de «fracasso», alguns dos efeitos que ela veio a provocar no grupo operário, quer porque não havia suficiente organização interna que recolhesse os frutos de tal mobilização, quer porque, a partir da manifestação, se acentuam clivagens que vão desembocar no isolamento do grupo operário e no dos militantes que a lideraram.

⁹⁰ «[...] a força irresistível de todos os operários unidos e organizados, que foi capaz de desbaratar todos os boatos que tentaram dividi-los, esmagar todos os que pensam que a luta dos operários é a luta pelos objectivos reles da burguesia e dissuadir os soldados do COPCON de reprimir a manifestação.» (Cf. militante m.-l. ao jornal *Causa Operária*, cit.) «Creio que eles tiveram medo. Ou as forças armadas se recusavam a cumprir a ordem do Governo para reprimir, ou então o próprio Governo viu que mais valia suportar uma falta de respeito à lei do que reprimir os trabalhadores. Porque 6000 ou 7000 operários em manifestação e organizados é uma coisa que mete respeito. E isto porque representam uma força não só no sentido físico, como também no sentido político.» (Jornal *Revolução*, cit.; fala um militante do PRP da Lisnave.)

⁹¹ «[...] Era a alegria da tomada de consciência de classe» (militante m.-l. in *Causa Operária*, cit.). «[...] Foi, sem dúvida, uma grande vitória para os operários da Lisnave, pela confiança que adquiriram na sua capacidade de organização. Demonstrámos que éramos capazes de nos organizar eficazmente [...]» (Militante PRP ao jornal *Revolução*, cit.)